



República de Cabo Verde
Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas
Gabinete de Estudos e Planeamento

**Segundo Plano de Acção Nacional
para o Ambiente - PANA II**



Cabo Verde 2004-2014



Volume V.7

**Estudo de Base
Impacto do PANA II
sobre Género e Pobreza**

Praia, 2004



República de Cabo Verde
Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas
Gabinete de Estudos e Planeamento

Estudo de Base
Impacto do PANA II sobre o Género e a Pobreza



Elaboração

Edna Duarte Lopes (Psicóloga Clínica, consultora)
Júlia Alves (Economista, consultora)

Coordenação: Equipa de Coordenação para a elaboração do PANA II

Oumar Barry, DGASP
Margarida Maria Silva Santos Querido Varela, DGA
Maria Helena de Santa Rita Vieira, DGP
Isildo Gomes, INIDA
Maria Ivone Andrade Lopes, INDP
Assessoria Técnica: Petra Penninkhoff

Coordenação Geral: Fernando Jorge Leal Andrade, Director do GEP-MAAP

Financiamento: Governo dos Países Baixos

MAAP/GEP
Equipa de Coordenação para PANA II
C. P. 115; Praia
Tel/fax. 61 12 54; Email pana2@ma.gov.cv

Praia, 2004

ABREVIATURAS E SIGLAS

AGECABO	Agência Cabo-verdiana para Promoção do Emprego
DGP	Direcção Geral do Planeamento
EMAS	Equipa Municipal para o Ambiente
ICF	Instituto da Condição Feminina
INE	Instituto Nacional de Estatística
GINI	Nome do autor do índice
PAIS	Programa Ambiental intersectorial
PANA	Plano de Acção Nacional para o Ambiente
PIB	Produto Interno Bruto
PNLN	Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza
ZDTI	Zonas de Desenvolvimento Turístico Intensivo

ÍNDICE

ABREVIATURAS E SIGLAS	i
1 INTRODUÇÃO GERAL	1
1.1 Antecedentes	1
1.2 O Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente	2
1.3 Objectivos do estudo actual	3
1.4 Metodologia	3
1.5 Estrutura do documento	4
2 CONTEXTO NACIONAL	5
2.1 Características geográficas e climáticas	5
2.2 Características demográficas	5
2.3 Organização política e administrativa	7
2.3.1 <i>Aspectos políticos</i>	7
2.3.2 <i>Aspectos administrativos</i>	7
2.4 Situação económica	8
2.5 Situação social	10
2.6 Enquadramento legal do ambiente	11
3 O GÉNERO E A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES EM CABO VERDE	13
3.1 O Conceito de Género	13
3.2 As relações de género em Cabo Verde	14
3.2.1 <i>Actividades económicas</i>	14
3.2.2 <i>Acesso aos recursos</i>	15
3.3 Enquadramento legal da mulher	16
3.4 Medidas Estratégicas e Acções	17
4 CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DA POBREZA EM CABO VERDE	21
4.1 Perfil da pobreza	21
4.2 Determinantes da pobreza	22
5 INTERACÇÃO ENTRE GÉNERO E POBREZA	25
6 IMPACTO DAS ACTIVIDADES DO PANA II SOBRE O GÉNERO E A POBREZA	27
6.1 Género, pobreza e ambiente	27
6.2 Gestão sustentável dos recursos hídricos	27

6.2.1	<i>Importância da disponibilidade de água</i>	27
6.2.2	<i>Medidas propostas no PANA II Estratégico</i>	28
6.2.3	<i>Análise do impacto das medidas propostas sobre gênero e pobreza.</i>	28
6.2.4	<i>Propostas alternativas</i>	29
6.2.5	<i>Monitorização</i>	30
6.3	Saneamento básico	31
6.3.1	<i>Importância do saneamento básico</i>	31
6.3.2	<i>Medidas propostas no PANA II Estratégico</i>	32
6.3.3	<i>Análise do impacto das medidas propostas sobre gênero e pobreza.</i>	33
6.3.4	<i>Propostas alternativas</i>	34
6.4	Gestão sustentável da biodiversidade	34
6.4.1	<i>Importância da biodiversidade</i>	34
6.4.2	<i>Medidas propostas no PANA II - Estratégico</i>	34
6.4.3	<i>Análise do impacto das medidas propostas sobre gênero e pobreza.</i>	35
6.4.4	<i>Propostas alternativas</i>	36
6.5	Ordenamento do território	36
6.5.1	<i>Importância do ordenamento de território</i>	36
6.5.2	<i>Medidas propostas no PANA II - Estratégico</i>	37
6.5.3	<i>Análise do impacto das medidas propostas sobre gênero e pobreza</i>	38
6.5.4	<i>Propostas alternativas</i>	39
7	SISTEMA DE SEGUIMENTO E MONITORIZAÇÃO DO PROCESSO	41
7.1	Pertinência da avaliação ex-ante sobre o gênero e a pobreza	41
7.2	Proposta de esquema de monitorização	41
8	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	45
8.1	Conclusões	45
8.2	Recomendações	45
9	BIBLIOGRAFIA	50
	ANEXO 1: LISTA DAS PESSOAS E INSTITUIÇÕES CONTACTADAS DURANTE A ELABORAÇÃO DO ESTUDO	53
	ANEXO 2: MATRIZ DE MONITORIZAÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE AUMENTO DA DISPONIBILIDADE DE ÁGUA	54

ANEXO 3: MATRIZ DE MONITORIZAÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÀSICO	55
ANEXO 4: MATRIZ DE MONITORIZAÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE	56
ANEXO 5: MATRIZ DE MONITORIZAÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	57

1 INTRODUÇÃO GERAL

1.1 Antecedentes

Das diversas manifestações que a pobreza tem vindo a assumir nas últimas décadas, uma, em particular, tem despertado a atenção internacional: a discriminação social baseada no sexo.

Acompanhando o fenómeno de globalização e os processos de transição política, económica e social nas sociedades em desenvolvimento, desenham-se algumas consequências no papel desempenhado pela mulher, nomeadamente a denominada “feminização” da pobreza. Na verdade, a última década apresenta um aumento desproporcional do número de mulheres, em relação ao número de homens, que vivem em situação de pobreza.

A par da defesa dos direitos humanos, consagrada pelas instituições internacionais como um dos pilares fundamentais para a erradicação da pobreza mundial, a promoção da igualdade entre homens e mulheres também é considerada um elemento chave neste combate.

Progressivamente, os organismos internacionais vão orientando as suas políticas para a introdução das questões do género, discutindo estas matérias nas diversas conferências, cimeiras e reuniões inter-governamentais, subordinadas aos temas inerentes ao desenvolvimento sustentável e à luta contra a pobreza.

Em Cabo Verde, os efeitos da degradação do ambiente são consequência combinada de mudanças climáticas, da gestão deficiente dos recursos naturais e de um processo de desenvolvimento económico que não tem salvaguardado de forma assertiva os aspectos ambientais e sociais.

A exploração dos recursos naturais nem sempre foi feita de forma criteriosa e racional, comprometendo, quiçá de modo irreversível, o desenvolvimento sustentável do país. Também, o ordenamento do território não mereceu, ao longo dos tempos, a importância que lhe é devida, apesar de se poder sublinhar alguns esforços neste sentido. Este facto levou o país à situação de desordenamento em que se encontra actualmente e que exige uma intervenção rápida e adequada em todos os domínios.

A extrema pobreza em que vive uma boa parte da população cabo-verdiana, muitas vezes faz sobrepor o imediato ao sustentável, apesar da plena consciência de se estar a comprometer o futuro e as normas impostas pela legislação vigente. As leis deixam de ter sentido na presença de necessidades básicas não satisfeitas: o cabo-verdiano aprendeu com as vicissitudes da vida e está plenamente convicto de que “fome não tem lei”. Portanto, sem a provisão das necessidades básicas das pessoas cuja subsistência depende directamente da extracção dos recursos naturais, qualquer programa de educação, sensibilização ou outro estará, à priori, condenado ao fracasso.

Todavia, constata-se uma sensibilidade progressiva para as questões ambientais tanto no seio da população civil, como das autarquias e dos sucessivos governos cabo-verdianos, nos últimos anos. Assim, Cabo Verde tem participado em diversos eventos e ratificou as principais Convenções internacionais sobre a matéria, comprometendo-se desta forma a dar a sua colaboração para que o mundo possa dispor de um ambiente mais sã.

O presente estudo pretende analisar a situação actual e apresentar propostas de

avaliação ex-ante do impacto das actividades consagradas no PANA estratégico sobre o género e a pobreza e inscreve-se dentro das preocupações do país no sentido da protecção do meio ambiente.

1.2 O Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente

A pressão demográfica sobre os recursos ambientais constitui uma ameaça permanente ao equilíbrio nos ecossistemas terrestre e marinho. A indústria incipiente e a reduzida mecanização fazem registar fracos impactos ambientais a nível regional e global. Contudo, a exploração de inertes no domínio da indústria da construção civil tem contribuído para a salinização do solo e degradação dos ecossistemas terrestre e marinho e destruição das praias, recurso turístico de elevada importância.

A localização geo-económica do arquipélago faz do país importador involuntário de poluição trans-fronteiriça quer marinha, quer atmosférica. A deposição aleatória e descontrolada de resíduos urbanos constitui um problema ambiental bastante relevante. Não se assegura, ainda, a não contaminação de espaços contíguos a zonas industriais usados para despejo de resíduos sólidos. Por outro lado, o país não dispõe de sistemas de drenagem das águas pluviais, nem de tratamento das águas residuais.

No ano 2002 o Governo cabo-verdiano iniciou a elaboração do segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente, que terá um horizonte de 10 anos. O PANA II surge num momento oportuno, em que ainda é possível minimizar a pobreza e promover a equidade na partilha dos recursos ambientais.

Sendo um plano de políticas do ambiente, o PANA II tem por objectivo geral definir as orientações estratégicas de aproveitamento dos recursos naturais, bem como os seus efeitos sobre a gestão sustentável das actividades económicas, por forma a que o desenvolvimento económico e social seja sustentável e, portanto, conseguido dentro dos limites permitidos pelas dinâmicas e comportamentos naturais.

Esse objectivo cujo período de vigência se situa entre 2004 e 2014, vai no sentido de projectar o desenvolvimento futuro do país por forma a que seja assegurada a satisfação máxima das necessidades da presente geração, sem comprometer a das gerações futuras.

A participação das populações na identificação, seguimento, coordenação e avaliação das actividades, na definição de um quadro institucional e de mecanismos de coordenação intersectorial visando o aproveitamento de sinergias e a complementaridade das acções propostas, fazem parte das estratégias de intervenção do PANA II e coincidem com as estratégias nacionais a serem implementadas em matéria de relações de género e pobreza.

Uma questão pertinente e importante se coloca em matéria de género e da pobreza a ele subjacente: a equidade e a solidariedade na gestão dos recursos e actividades ambientais e a procura de soluções alternativas que tenham em conta não só, a estrutura demográfica, sócio-económica e cultural dos homens e das mulheres como também a insularidade e as fragilidades do país são factores a ter-se em conta por forma a evitar o agravamento das desigualdades entre os géneros.

As políticas e estratégias ambientais do PANA II têm suporte em princípios universalmente aceites de relacionamento do homem e da mulher com o ambiente, que resultam de leis altamente inclusivas do desenvolvimento humano em todas as suas vertentes: ética, cultural, económica, social e política.

Assim, falar sobre o ambiente é falar sobre a base essencial de um desenvolvimento sustentável incluindo os aspectos ecológicos bem como os aspectos económicos e sociais (Figura 1).

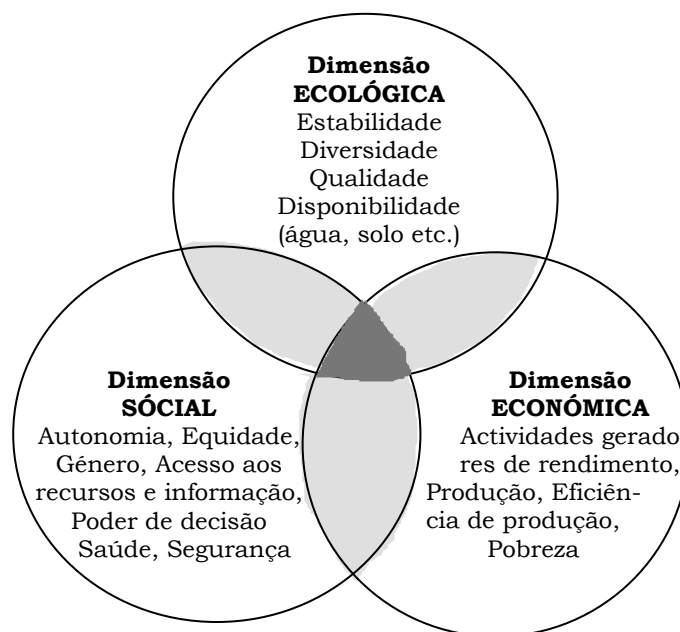


Figura 1:

As dimensões de desenvolvimento sustentável (Adaptado de Kessler, 2001)

1.3 Objectivos do estudo actual

A importância das interligações entre as diversas dimensões do desenvolvimento sustentável levou a que fosse comissionado o presente estudo intitulado *Impacto do PANA II sobre Género e pobreza*, visando o seguinte:

uma análise comparativa e aprofundada das implicações sociais e económicas decorrentes da implementação do PANA por forma a promover a gestão racional dos recursos ambientais favorecendo, de forma sustentada, o combate à pobreza e um maior equilíbrio nas relações de género;
recomendações gerais e específicas quanto às adaptações necessárias dos programas e actividades;
elaboração de guiões práticos de avaliação ex-ante do impacto do PANA sobre o género e a pobreza.

Estes guiões serão utilizados na análise das actividades futuras a nível municipal e nacional. Assim assegurarão que os aspectos de género e pobreza sejam tomados em consideração na elaboração, implementação e monitorização dos planos ambientais correntes e futuros.

1.4 Metodologia

Visando atingir os objectivos preconizados, estabeleceu-se a seguinte metodologia de trabalho:

- Análise da documentação actualizada sobre a matéria existente em Cabo Verde;
- Análise de alguma bibliografia internacional;
- Análise dos documentos de planificação existentes no país: Plano Nacional de Desenvolvimento, Grandes Opções do Plano e PANA II Estratégico;
- Auscultação de algumas autarquias (S. Vicente e Paúl) EMAS e coordenadores (S. Vicente, Praia, R.^a Grande, Fogo e Santa Cruz), PAIS (Saúde, Biodiversidade, Ordenamento do Território), instituições e programas (PNLP, ICF, AGE CABO), ONG's (MORABI, Plataforma das ONG's, ...) e pessoas individuais com qualificação e experiência na matéria;
- Modelização de matrizes de avaliação dos impactes do PANA sobre o género e a pobreza;
- Construção de um guião de avaliação ex-ante das actividades do PANA.

1.5 Estrutura do documento

O estudo compõe-se de oito capítulos, dos quais esta *Introdução* é o primeiro.

O segundo apresenta uma análise dos principais componentes do contexto nacional relacionados com o tema: características geográficas e climáticas (principais determinantes da pobreza do país), características demográficas, organização política e administrativa, situação económica, situação social, enquadramento legal da mulher e enquadramento legal do ambiente.

O terceiro capítulo aborda os aspectos de género e a igualdade de oportunidades em Cabo Verde, enquanto no quarto faz-se uma caracterização da situação da pobreza no país. Considerando que em Cabo Verde parece existir uma correlação entre o género e a pobreza, o quinto capítulo procura analisar essa interacção.

A análise dos possíveis impactos das actividades do PANA no combate à pobreza e na promoção da equidade nas relações de género é matéria do sexto capítulo. Para isso, procurou-se fazer uma abordagem de cada uma das áreas prioritárias consignadas no PANA estratégico como sejam: aumento da disponibilidade de água, gestão sustentável da biodiversidade, ordenamento do território e saneamento básico.

O sétimo capítulo consagra o sistema de seguimento e avaliação do processo. Deste capítulo constam os guiões de avaliação ex-ante.

As conclusões e recomendações finais do estudo são apresentadas no último capítulo.

Em anexo apresentam-se as matrizes de avaliação dos possíveis impactos das actividades do PANA sobre o género e a pobreza, para cada uma das áreas.

2 CONTEXTO NACIONAL

2.1 Características geográficas e climáticas

Situado a cerca de 450km da costa ocidental africana, Cabo Verde é um arquipélago atlântico constituído por dez ilhas e oito ilhéus, com uma superfície de 4,033km², um mar interior de 90.000km² e uma zona económica exclusiva de mais de 200.000km². As ilhas distribuem-se por dois grupos conforme a sua posição em relação aos ventos dominantes do nordeste: Barlavento (seis ilhas) e Sotavento (quatro ilhas).

As ilhas, de natureza vulcânica, apresentam um relevo muito montanhoso, dispõem de uma plataforma continental limitada (somente no Maio, Sal e Boavista) e escassos recursos minerais. Os solos aráveis são pobres e representam apenas 10 % da superfície total do país (41.841,6 ha).

Devido a sua situação geográfica na vasta área semi-árida saheliana (entre os 14°28' e 17°12' de latitude norte e as longitudes 22°40' W e 25°22' W), Cabo Verde apresenta um clima de tipo tropical e semi-árido, com uma cobertura vegetal escassa devido ao fraco índice pluviométrico estimado em cerca de 200mm de Julho a Dezembro. A erosão, consequência directa das chuvas torrenciais, da acção humana e dos ventos, acentua-se a cada dia.

A seca é uma constante, representando os períodos de chuva (torrencial quando ocorre e com uma enorme variabilidade espaço-temporal) episódios discretos, o que determina a grande escassez dos recursos hídricos. Nos últimos trinta anos, tem-se verificado uma redução significativa das precipitações anuais que vem condicionando gradualmente a exploração dos recursos subterrâneos. As dimensões das bacias hidrográficas limitam também as potencialidades em termos de recursos de escoamento superficial. Entretanto, um esforço significativo vem sendo desenvolvido no sentido de alterar esta situação. De 1976 a 1996, procedeu-se a reflorestação de 77.400ha, equivalente a 19% da superfície total do país.

Apesar da tendência para a redução dos níveis de investimento no sector ambiental verificado nos últimos anos, o Governo continua a dar prioridade aos programas de combate à desertificação no contexto da Convenção de Luta contra a Desertificação, como estratégia para atenuar os índices de pobreza nas zonas rurais. O PANA constitui mais uma tentativa de reverter a situação actual e, caso venha a ser efectivado, representará uma mais valia nos domínios da preservação do ambiente, luta contra a pobreza e equidade nas relações de género.

2.2 Características demográficas

A evolução da população cabo-verdiana tem conhecido oscilações ao longo dos tempos. Entre 1940 e 1950 registou-se uma taxa de crescimento negativa na ordem de 1,9%. No final da década de 50, a taxa de crescimento atingiu os 2,9%, no término da década de 70 baixou para aproximadamente 0,9%, tendo aumentado para cerca de 1,5% em 1990. A redução da população na década de 40 deveu-se às mortes provocadas pela seca, enquanto que a redução da taxa de crescimento na década de 70 reflectiu a expansão da emigração, tendência que se inverteu a partir de 1980.

Dados do II Recenseamento Geral da População e Habitação (INE,1990) apontaram para uma população residente em Cabo Verde de 341.500 indivíduos, sendo 161.500 do sexo masculino e 180.000 do sexo feminino, distribuída de forma

desigual pelas diferentes ilhas.

Entretanto, o III Recenseamento da População e Habitação realizado pelo INE, em 2000, registou uma população total residente de 431.939 indivíduos, dos quais 51,9% são mulheres e 48,1% homens. Segundo o meio de residência, a proporção das mulheres é idêntica a nacional, representando cerca de 51,6% da população do meio urbano e 52,2% da do meio rural em relação à população masculina.

Quadro 1: População residente em famílias ordinárias segundo o sexo por meio de residência

Meio de Residência	Total		Homens		Mulheres	
	Total	%	Total	%	Total	%
Total Cabo Verde	431.989	100	207.994	48,1	223.995	51,9
Urbano	232.147	100	112.438	48,4	119.709	51,6
Rural	199.842	100	95.556	47,8	104.286	52,2

Fonte: INE, 2002

O crescimento mais acentuado ocorreu na ilha de Santiago, onde se concentra mais de metade da população. Na década de 80 esta ilha registou um aumento de 29.734 habitantes e, no período entre 1990 e 1996 os dados apontavam para um aumento de 35.663. A ilha de São Vicente registou um aumento populacional importante embora menos relevante do que o de Santiago (cerca de 19.000 habitantes entre 1980 e 1996).

Um acentuado crescimento da população nos principais centros urbanos é uma característica marcante da evolução demográfica no período de 1980 a 2000. O concelho da Praia viu esse crescimento situar-se em cerca de 58%, enquanto que em São Vicente atingiu os 46%. Uma vez que as infra-estruturas sociais não têm acompanhado essa evolução, as consequências nas áreas de saneamento, habitação, emprego, entre outras são manifestamente negativas. De realçar ainda a redução do crescimento das populações das ilhas de São Nicolau, Brava, Fogo e Maio. Essa evolução global mostra os movimentos populacionais para a Praia e São Vicente e para o exterior: populações que têm encontrado dificuldades em satisfazer as suas necessidades básicas nos locais de origem.

A evolução da taxa de urbanização traduz esse movimento da população. Em 1980 era de 28,6%, em 1990 de 32,3% e em 1996 passava para 48%. Essa tendência crescente mantém-se, apesar de não nos ter sido possível conseguir dados de 2000.

A juventude da população é o aspecto mais saliente dos dados apresentados. A população com menos de 25 anos de idade atinge os 64,3% do total, o que levanta sérios desafios, principalmente em matéria de educação, saúde e emprego. A população com mais de 60 anos, sendo 8,6% do total, traduz uma melhoria da situação económica, mas representa também problemas enormes no que concerne à saúde e à segurança social.

Essa dinâmica pode ser explicada pela redução da taxa de fecundidade (7 na década de 70 e 4,8 em 95), queda das taxas de mortalidade geral (11/1000 na década de 60 e 9,1/1000 em 1995), baixa da taxa de mortalidade infantil (53,7/1000 em 92 e 45,1/1000 em 95) e pelo fluxo migratório.

Dados do Censo 2000 apontam para uma redução significativa da taxa de fecundidade total para 4 filhos por mulher (3,4 para o meio urbano e 4,8 para o meio rural).

A diminuição da taxa de fecundidade nos últimos 10 anos, deve-se ao aumento do nível educacional e da utilização de métodos contraceptivos (16,2% em 1988 para 36,7% em 1998).

A redução das taxas de fecundidade e de mortalidade reflecte-se no aumento da esperança de vida que passou de 63 para 65 anos no período de 1990 a 1995 (66 anos para as mulheres e 64 para os homens).

Apesar das melhorias verificadas a diversos níveis (social, definição de políticas e programas, comportamental, etc), as taxas de crescimento da população e os fluxos migratórios continuam a ser factores condicionantes do desenvolvimento.

2.3 Organização política e administrativa

2.3.1 Aspectos políticos

Com a independência nacional em 1975, a construção do estado foi iniciada sob a liderança do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). A partir de 1981, essa tarefa foi assumida pelos governos do PAICV, partido criado na sequência da cisão então ocorrida no interior do PAIGC que levou a que cada um dos dois países passasse a ter um partido próprio.

Em Fevereiro de 1990, após 15 anos de mono-partidarismo, iniciou-se o processo de democratização de Cabo Verde. Foi nesse contexto que o Movimento para a Democracia (MpD) venceu as primeiras eleições democráticas e pluripartidárias. Ao conseguir uma maioria qualificada nas eleições que se seguiram, o MpD aprovou uma nova Constituição e organizou as primeiras eleições municipais.

No país, pontificam esses dois partidos que têm as duas maiores bancadas parlamentares. Existem mais quatro partidos que participaram das últimas eleições de 2001: o Partido da Convergência Democrática (PCD com um deputado no Parlamento), Partido do Trabalho e da Solidariedade (PTS com um deputado no Parlamento) a União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID) e o Partido da Renovação Democrática (PRD). O PAICV venceu estas últimas eleições.

2.3.2 Aspectos administrativos

Em Cabo Verde vigora um regime democrático de parlamentarismo nos termos da Constituição promulgada em 1992. Os órgãos de soberania são os seguintes: o Presidente da República, a Assembleia Nacional, o Governo e os Tribunais.

A unidade político-administrativa é o município, que se subdivide em freguesias. Actualmente existem 17 municípios e 31 freguesias. As ilhas de Santiago, Santo Antão e Fogo com, respectivamente, seis, três e dois municípios, distinguem-se das outras que têm um único município cada. Cada município é administrado por uma Câmara Municipal, eleita por sufrágio directo e universal. Importantes atribuições foram descentralizadas para os municípios e os recursos financeiros a eles atribuídos aumentaram significativamente na sequência de um processo iniciado em 90 e aprofundado com a instauração da democracia em 91.

O processo de descentralização prossegue-se apesar de importantes limitações, particularmente em matéria de recursos humanos e financeiros. No tocante ao desenvolvimento local a actuação dos municípios é cada vez mais relevante, nomeadamente através da cooperação bilateral e, de certa forma, das geminações com municípios estrangeiros. Contudo, subsistem dificuldades que a nível político se procura equacionar a partir do departamento governamental responsável pela descentralização.

Outros actores a ter em conta no cenário cabo-verdiano são a Igreja Católica e os sindicatos, que desempenham um papel mais activo no actual contexto. Assinala-se também a acção das outras confissões religiosas que desenvolvem actividades de cariz social.

Dados de 2003 da Plataforma das ONG's apontam para a existência de 121 dessas organizações no país. Estas vêm dando um contributo progressivamente importante no âmbito da protecção do ambiente, da luta contra a pobreza, do desenvolvimento local e comunitário e da promoção da mulher. A sua estratégia, baseada na abordagem comunitária e na flexibilidade das formas de intervenção é consentânea com os princípios do PANA. Em Junho de 1996, foi criada a Plataforma das ONG's nacionais que, assumindo-se como espaço de diálogo e de concertação, tem por principais objectivos dinamizar as ONG's e reforçar as suas relações de cooperação a todos os níveis.

2.4 Situação económica¹

A economia cabo-verdiana tem enfrentado constrangimentos importantes. Os principais constrangimentos decorrem da escassez de recursos naturais, da forte pressão humana sobre esses recursos e da exiguidade do mercado interno.

Contudo, no que se refere ao Produto Nacional Bruto (PNB) per capita, constata-se uma evolução positiva que coloca Cabo Verde em boa posição entre os países da África Ocidental e Central. A distribuição de rendimento entre os diferentes segmentos sociais da população não se encontra disponível nos dados e informações conseguidos.

O crescimento médio anual do PIB no período compreendido entre 1980 e 2000 foi de 5,8%, em termos reais. A estrutura do PIB continuava dominada pelo sector dos serviços que contribuiu com 71,8% para esse produto, enquanto os sectores secundário e primário participavam, respectivamente com 13,8 e 14,4%.

Na década de 80 a participação dos serviços no PIB era de 60%, em 1994 ascendia aos 76,4%, sendo de 64,8% em 2000. Por isso a economia cabo-verdiana é considerada uma economia de serviços que emprega cerca de 41% da mão-de-obra. Até meados da década de 80 a prestação de serviços, nomeadamente o sector dos

¹ INE 1994 e INE 2000

transportes, teve muita importância. A partir dessa altura o turismo começou a crescer, apesar dos grandes constrangimentos que caracterizam o sector tais como a fraca disponibilidade de água, as limitações em infra-estruturas hoteleiras, transportes e recursos humanos qualificados.

A agricultura, que se desenvolve em condições extremamente precárias devido, particularmente, ao clima, à grande escassez de água, a carência de solos (apenas 3000 dos 41.841,6 ha de terra arável são irrigadas) e às práticas arcaicas de exploração, é a principal base económica das zonas rurais. Pelas razões apontadas, Cabo Verde apresenta um importante défice alimentar estrutural, sendo a participação da agricultura e silvicultura no Produto Interno Bruto (PIB) de apenas 10.7% em 2000.

Apesar das potencialidades, devido à frota obsoleta e à inadequação dos recursos humanos e dos meios de apoio, a situação do sector das pescas é precária. Em 2000, a participação deste sector no PIB foi de apenas 2,2%. Na verdade, a captura do pescado foi de apenas 10.000 toneladas, muito aquém das potencialidades do país (80.000t). A frota artesanal é responsável por 70% das capturas o que ilustra as dificuldades do sector.

O sector secundário representava em 1994 cerca de 16% do PIB, enquanto que em 2000 foi de apenas 14.4%, com uma importante participação da construção civil. Embora o seu peso no PIB não seja ainda muito significativo, as actividades industriais têm conhecido algum incremento com reflexos na alteração da estrutura das exportações.

As comunicações que até 1985 tiveram um crescimento importante, conheceram a partir dessa época, uma certa estagnação que começou a ser rompida através de grandes investimentos na década de noventa. O peso das comunicações no PIB passou de 3,5% em 1995 para se situar nos 5.7% em 2000.

A taxa de inflação que em 90 ultrapassou os 10% teve uma redução importante, caindo para 3,5% em 1994. Contudo, em 1995 elevou-se para 8,4%, tendo retomado a tendência decrescente no ano seguinte ao se situar em 6,2%. Em 1997 alcançou os 8% e em 2000 atingiu os (-2,4%), ou seja, verificou-se uma deflação.

A evolução do défice orçamental tem sido algo problemática. Em 1986 situava-se em 9,6% do PIB (depois das transferências), reduziu-se para 5% em 1989/1990 e voltou a crescer em 91 (8,9%). A tendência ascendente manteve-se em 1994, ano em que atingiu os 17,9%. Nos anos seguintes mantém-se mais ou menos estável, tendo sido de 14,5% em 1995, 16,1% em 1996, 15% em 1997 e 14,8% em 2000.

Apesar de se ter verificado um aumento significativo das exportações e dos produtos manufacturados (calçado e vestuário) passarem a ocupar lugares cimeiros na pauta de exportações, relegando a banana, por exemplo, do primeiro para o décimo primeiro lugar entre 1992 e 1994, a sua participação na economia é ainda reduzida.

O elevado e crónico *déficit* da balança comercial retracts essa realidade. O *déficit* da balança comercial passou de 14.830,5 milhões de ECV em 1994 para 22.437,8 milhões de ECV em 2000. Por seu turno, as importações atingiram os 15.974,8 milhões de ECV em 1994, passando para os 25.211,5 milhões de ECV em 2000. Quanto às exportações, de 397.8 milhões de ECV em 1994 situaram-se nos 296.7 milhões de ECV em 2000. A taxa média de crescimento das importações (14,2%) tem sido muito superior a do PIB, o que comprova a forte dependência do exterior.

A balança de pagamentos caracteriza-se por um desequilíbrio da conta comercial, importante excedente da conta de serviços, transferências privadas consideráveis e transferências importantes no quadro da ajuda pública ao desenvolvimento. O volume total da ajuda pública ao desenvolvimento e das remessas dos emigrantes continua a ser importante para o equilíbrio sócio-económico do país.

As dívidas externa e interna representam limitações importantes para a economia de Cabo Verde.

O Governo pretende melhorar os mecanismos de regulação da economia por forma a garantir uma maior eficiência na atribuição dos recursos, permitindo assim um desenvolvimento mais harmonioso e sustentável, de acordo com as potencialidades do país.

2.5 situação social

Os indicadores sociais parecem encorajadores. Em 2000, a esperança de vida era de 69 anos e a mortalidade infantil foi de 23.1 por mil. A universalidade do ensino básico de seis anos está quase conseguida, constatando-se uma paridade entre os sexos.

A capacidade da economia cabo-verdiana para absorver a sua população activa tem sido limitada, particularmente durante os longos anos de seca, assumindo por isso o desemprego carácter estrutural.

A maioria dos desempregados situa-se entre os mais jovens com destaque para as mulheres. Estas representam cerca de 56% do total de desempregados e apenas 38% dos empregados. Os desempregados de ambos os sexos entre os 14 e 24 anos representam cerca de 58% do total. A taxa de desemprego atingia os 26% em 1997. Dados do Censo 2000 indicam uma percentagem de desemprego de 17,4%, dos quais 23,8% para as mulheres e 11,1% para os homens.

Relativamente à educação, as mulheres são as mais atingidas com maior percentagem de analfabetismo em relação aos homens, sobretudo entre as mulheres chefes de família.

No que concerne à situação sócio-económica, as mulheres na sua maioria trabalham para as famílias e na Administração Pública (concentrando-se a maioria no escalão mais baixo da hierarquia), como consequência do seu baixo nível de instrução.

A baixa qualificação da mão de obra cabo-verdiana é uma das características importantes, configurando-se como uma das grandes limitações para o desenvolvimento da economia do país.

Quanto à saúde, o país conta desde 1977 com o programa PMI-PF que acompanha as mulheres durante a gravidez e a lactação. O programa tem por objectivo prestar serviços, gratuitamente, na área de planeamento familiar e protecção materno-infantil.

Conscientes da importância da família na sociedade cabo-verdiana, as autoridades competentes com o apoio civil, vêm promovendo o acesso das mulheres aos centros de controlo da maternidade e de planeamento familiar.

A baixa qualificação da mão de obra cabo-verdiana é uma das características importantes, configurando-se como uma das grandes limitações para o desenvolvimento da economia do país.

2.6 Enquadramento legal do ambiente

Durante os últimos 27 anos, registou-se em Cabo Verde o desenvolvimento e a implementação de duas políticas ambientais distintas, uma de conservação até 1990 e, outra de produção que se lhe seguiu no tempo, mas não de forma complementar. Este facto fez com que em termos de desenvolvimento sustentável não se tivesse chegado aos resultados que seriam de esperar caso essas políticas tivessem sido desenvolvidas e implementadas de forma complementar.

De uma forma geral pode-se admitir que as diferenças existentes em termos de visão política de desenvolvimento, entre os governos do período pós-independência até 90 e os que se seguiram após a abertura política até ao ano 2000, se traduzem em diferenças de visão de políticas ambientais.

Entende-se, pois, que assumindo a vulnerabilidade dos equilíbrios ambientais dominantes em regiões insulares e assimilando a fragilidade geral dos recursos naturais sob pressões antrópicas crescentes – população residente e turismo - a definição e implementação de uma política ambiental se revela um instrumento político-estratégico capaz de moldar as políticas económicas nacionais, imprescindível para que se possa assegurar um desenvolvimento económico e social sustentável.

A visão de políticas ambientais tem vindo a evoluir, sendo as medidas de preservação do ambiente encaradas de uma forma sistémica, transversal e participativa.

Em termos legislativos, depois da independência nacional começou-se a esboçar a definição de organismos vocacionados para a gestão ambiental, iniciando-se assim a produção de uma legislação específica e tem-se procurado normalizar e integrar no ordenamento jurídico nacional, medidas internacionais ratificadas por Cabo Verde.

A Constituição da República de Cabo Verde consagra o direito do cidadão a um ambiente de vida sadio e ecologicamente equilibrado, conferindo-lhe o dever de o defender e de o conservar. Estabelece ainda que, ao Estado e aos municípios, com a colaboração das associações de defesa do ambiente, compete adoptar políticas de defesa e de preservação do ambiente, e velar pela utilização racional dos recursos naturais.

Na estratégia expressa nas “Grandes Opções” para o Plano Nacional de Desenvolvimento (2002), o ambiente figura como um dos temas mais relevantes da política nacional. Projecta-se *uma sociedade consciente do papel e dos desafios do ambiente para um desenvolvimento económico e social sustentável, convencida das suas responsabilidades relativamente às gerações futuras, determinada a utilizar os recursos naturais de maneira durável e dotada de uma consciência ecológica desenvolvida, sendo as medidas de preservação encaradas de forma sistémica e transversal, pretendendo-se que sejam equitativas.*

O Programa do Governo da VI legislatura apresenta como uma das linhas de força das suas políticas “... a conservação e o desenvolvimento dos ecossistemas das ilhas de Cabo Verde e a valorização dos seus recursos naturais. Tudo isso deverá ser

traduzido numa orientação política de carácter horizontal, em concertação com as outras políticas sectoriais por forma a se conseguir um desenvolvimento durável”.

Com base nestes pressupostos o Governo procede à elaboração do Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II) que tem como objectivo: *“preparar uma política e estratégia ambiental que resulte do envolvimento dos diferentes parceiros num processo de desenvolvimento sustentável, incluindo os sectores governamentais centrais, os municípios e a sociedade civil, por forma a assegurar que os vários parceiros contribuam para a política e estratégia ambiental e se apropriem da resultante política ambiental, facilitando deste modo a sua integração nas suas políticas e estratégias sectoriais”* (EC-PANA II, 2003).

3 O GÉNERO E A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES EM CABO VERDE

3.1 O Conceito de Género

Apesar da legislação cabo-verdiana garantir a igualdade de direitos entre homens e mulheres, rompendo com a tradição jurídica colonial portuguesa do homem ser considerado o chefe da família, a realidade social, económica, política e cultural se não contraria os dispositivos jurídico-legais pelo menos os contorna em muitos casos naquilo que diz respeito à relação entre os géneros seja no espaço público seja no privado.

Infelizmente, esta situação não se regista apenas em Cabo Verde. Este facto é reconhecido a nível internacional, seja por muitos países seja por organizações internacionais. Assim, múltiplos esforços vêm sendo feitos no sentido de se pugnar por uma igualdade de oportunidades e uma maior equidade entre os géneros.

Até os finais da década de oitenta a análise da problemática da integração da mulher era feita numa perspectiva tradicional, de separação entre homens e mulheres, analisando a situação da mulher bem como a definição das políticas promocionais ou de integração de per si, ignorando o carácter sistémico das suas interações com o homem. Essa visão dualista das relações homens/mulheres e toda a política dela adveniente, apesar da melhoria considerável da situação social, económica, política e cultural da mulher, suscitam ainda algumas reflexões.

O balanço dos grandes projectos de desenvolvimento direccionados às mulheres assim como a análise dos resultados da década da mulher e outras Convenções Internacionais demonstrou que muita coisa permanecia por fazer e que a perspectiva analítica deveria ser outra, já que a que estava a ser utilizada não permitia captar todas as dimensões do fenómeno. É assim que aparece o conceito de género, que paulatinamente começa a ser utilizado na análise das relações homem/mulher. Este conceito assenta no pressuposto de que só se pode entender a mulher e o homem quando analisados em relação; isto é, nem a mulher nem o homem existem de per si, foram as sociedades humanas que, no seu percurso, transformaram uma diferença natural (macho e fêmea), em desigualdade social (masculino e feminino).

Considerando que a mulher tem sido, na perspectiva das relações de género a mais discriminada, várias convenções foram adoptadas pela Organização das Nações Unidas com vista a garantir a equidade desejável. Assim, temos a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (1979), as Estratégias Previstas de Acção de Nairobi para a Promoção da Mulher até o ano 2000 (Nairobi, 1989), Acção Global para as Mulheres no Sentido de um Desenvolvimento Sustentável e Equitativo (Agenda 21- Conferência Mundial Sobre Ambiente e Desenvolvimento - Rio de Janeiro 1992), Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Humano (Copenhague, 1995), Conferência Mundial sobre as Mulheres (Pequim, 1995).

A IV Conferência Mundial sobre as Mulheres realizada em Pequim (China) em 1995, veio reforçar ainda mais o princípio da emancipação das mulheres e sua plena participação em igualdade de circunstâncias em todos os domínios da vida social, incluindo o processo de tomada de decisões e acesso ao poder, como condições fundamentais para a realização da igualdade, do desenvolvimento e da paz. Sublinha-se e reafirma-se também que a plena aplicação dos direitos fundamentais da mulher e da menina constitui parte inalienável, integrante e indivisível de todos os direitos da pessoa humana e das liberdades fundamentais.

Neste sentido, uma análise e estratégia que, com base no princípio das relações de género, tenha em conta uma progressiva parceria entre homens e mulheres é fundamental.

O Governo de Cabo Verde (consciente de que as desigualdades baseadas na discriminação em razão do sexo constituem um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento dos seres humanos e da sociedade em geral) tem participado, adoptado e ratificado algumas das Convenções e Resoluções saídas dos foras mundiais acima mencionados.

O conceito género foi introduzido no Plano Nacional de Desenvolvimento (1997-2000), como o instrumento que se pretende eficaz para acelerar a paridade entre os sexos.

3.2 As relações de género em Cabo Verde

Há mais mulheres do que homens em Cabo Verde. No Capítulo 2.2 referiu-se à existência de uma população total residente de 431.939 indivíduos, dos quais quase 51,9% são mulheres e 48,1% homens. Uma das causas desse diferencial demográfico reside no facto de sermos um país de emigrantes (INE, 2000).

Além de constituírem a maioria da população cabo-verdiana, 40 % das mulheres são chefes de família, 42,2% são mães solteiras, sendo uma grande parte delas analfabetas, mães de muitos filhos de pais diferentes, sem companheiro fixo e que não podem contar com a ajuda do(s) pai(s) do(s) seu(s) filho(s).

As mulheres não gozam de iguais oportunidades que os homens nos vários domínios da vida social, cultural, afectiva, económica, política, etc., e são particularmente tocadas pela pobreza, sobretudo nas zonas rurais e nas periferias urbanas.

Os mecanismos sócio-culturais levam a preconceitos, ao baixo nível de instrução, escolarização e de formação profissional constituindo-se assim nos principais obstáculos a uma maior participação da mulher, à sua saída da condição de mais pobre e à desestruturação da família.

3.2.1 Actividades económicas

As mulheres vêm cada vez mais conquistando o seu espaço no mercado de trabalho, apesar de se concentrarem nos sectores da saúde e educação (considerados o prolongamento da actividade da mulher na família).

O acesso das mulheres ao mercado de trabalho é limitado pela fraca formação profissional, por preconceitos que valorizam a prestação dos homens em detrimento da das mulheres e pela partilha desigual de responsabilidades e tarefas familiares.

Apesar dos avanços conseguidos, a presença das mulheres diminui à medida que as funções a desempenhar exigem maior qualificação. A presença de mulheres regista-se, sobretudo nos escalões mais baixos das hierarquias.

Meio rural

A mulher desempenha um papel de relevo nas famílias rurais, chegando inclusivamente a chefiar 41,9% dessas famílias e tem um peso também considerável nas famílias de pescadores.

As mulheres estão activas, sobretudo no sector primário, ou seja, nas actividades agrícolas e nas FAIMO. Nas FAIMO, estão nas categorias que não exigem qualquer formação ou especialização e, por isso, menos remuneradas: 97 % dos serventes são mulheres.

Representam também cerca de 60% dos trabalhadores nas actividades de florestação e conservação de solos e águas.

No sector primário elas ocupam-se das explorações agrícolas submetidas aos regimes de exploração menos produtivos. Chefiam 36% das explorações agrícolas, ocupam 41% das terras de sequeiro (as menos rentáveis), 23 % das de regadio e 20 % das terras mistas.

A pecuária, ainda predominantemente de subsistência, é caracterizada por uma fraca produção e produtividade devido a factores de ordem cultural, sociocultural e física, escassez dos recursos em água e terra, fragilidade do ambiente, contingências do clima e predominância de certos sistemas de criação.

De acordo com o recenseamento pecuário de 1994/95, 41.285 famílias rurais dedicavam-se à pecuária como actividade complementar. De uma forma geral, a gestão das unidades de exploração encontra-se dividida entre homens (55%) e mulheres (45%).

Contrariamente à média nacional, em S. Vicente (57%), Maio (53%) e Sal (52%), constata-se a existência de um maior número de mulheres dirigindo uma exploração pecuária. Em S. Antão e Brava verifica-se uma predominância da direcção masculina, 70% e 64% respectivamente.

Meio urbano

No meio urbano, conforme referido anteriormente, as mulheres concentram-se nas categorias mais baixas da administração pública, representando 49,1% do total dos efectivos, de empresas públicas e privadas e na prestação de serviços como domésticas, para as famílias das classes médias urbanas, fundamentalmente.

O sector do Comércio, Restauração e Serviços emprega 38% das mulheres e o da Indústria apenas 3,4%.

As mulheres são dominantes no sector informal do comércio. Representam 80% a 90% dos trabalhadores que distribuem/comercializam os produtos agrícolas e cerca de 100% dos trabalhadores que distribuem/comercializam o pescado.

3.2.2 Acesso aos recursos

A análise das relações de género na agricultura indica portanto desigualdades de oportunidades no acesso aos recursos.

Estas constatações levam a admitir de facto, uma importância significativa da mulher na economia do país, embora ela não usufrua, em termos de igualdade, dos

benefícios daí resultantes, residindo aqui uma das grandes contradições da problemática género.

As possibilidades de acesso ao mercado de trabalho ficam desde logo limitadas, daí a precariedade da situação da mulher.

Ao nível do ensino a situação tende para uma evolução positiva. A maior parte dos alfabetizados é mulher e a distribuição da população estudantil está mais ou menos equilibrada até ao nível secundário.

As relações de género desequilibradas colocam as mulheres, sobretudo as chefes de família, entre os grupos sociais mais pobres do país sendo por isso um dos grupos alvo prioritários do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP).

3.3 Enquadramento legal da mulher

Em Cabo Verde, os direitos da mulher passaram a ser assegurados com mais equidade a partir da independência, com a aprovação do Código de Família que estabelece o princípio da igualdade, especialmente quanto ao poder paternal, até então exclusivo ao pai.

O direito cabo-verdiano proíbe quaisquer discriminações, inclusive na participação do exercício do poder político, além de coibir privilégios, benefícios, prejuízos, privações ou isenções de direitos ou deveres em razão do sexo.

O princípio da igualdade dos cônjuges constitui uma expressão qualificada do princípio da igualdade de direitos e deveres dos homens e das mulheres. Abrange não só as esferas extra-familiares, como também a familiar.

Entretanto, convém realçar que o princípio da igualdade exige um tratamento igual de situações de facto iguais e um tratamento diverso de situações de facto diferentes.

Por exemplo, o Art.º 86 da Constituição impõe ao pai e à mãe o dever de prestar assistência aos filhos nascidos dentro e fora do casamento. O número 5 do Artigo 59 da Constituição determina salário igual para trabalho igual, ao homem e à mulher.

Os principais actores sociais (em Estudo Nacional das Perspectivas a Longo Prazo “Cabo Verde 2020”) são unânimes em admitir que o não reconhecimento da mulher como parceiro constitui um dos principais obstáculos ao desenvolvimento de Cabo Verde e, conseqüentemente, uma enorme limitação às aspirações da igualdade de oportunidades para todos.

É com esta precisão e delimitação que se compreende a discriminação positiva a que se refere o nº 6 do Artigo 59 da Constituição. Este artigo reconhece a necessidade de uma especial protecção à mulher durante a gravidez e depois do parto e a criação de condições de trabalho que lhe permitam exercer a sua função familiar e maternal.

No entanto, esses direitos carecem de uma maior divulgação, necessitando de outras estratégias de acção para a implementação da legislação que embora sendo avançada não é frequentemente cumprida. Do ponto de vista da igualdade formal, encontram-se assegurados os mecanismos e os instrumentos necessários à concretização e a exequibilidade desses princípios. Entretanto, na prática, existem diversos factores de bloqueio a uma igualdade efectiva.

A despeito de todas as medidas tomadas e das melhorias registadas, as lacunas a ultrapassar rumo à promoção da mulher são múltiplas e complexas. Isto aplica-se sobretudo às mulheres do meio rural, que são expostas às condições de vida mais precárias, agravadas pelo peso de tradições e preconceitos culturais.

Contudo, para além de introduzir na sua ordem jurídica a protecção dos direitos da mulher, enquanto cidadã de pleno direito, o Governo Cabo-verdiano tem vindo a desenvolver políticas e programas de desenvolvimento dirigidos às necessidades específicas das mulheres em conformidade com os compromissos assumidos nos foras internacionais.

Para o processo de intervenção pública em relação à problemática da mulher cabo-verdiana, organismos internacionais de cooperação bilateral e multilateral, câmaras municipais, organizações não-governamentais e outros parceiros de desenvolvimento têm desempenhado um papel importante na consciencialização da sociedade civil, na formulação e implementação de políticas e de acções direccionadas especificamente para as mulheres.

Assim, medidas importantes e com ganhos consideráveis têm sido tomadas para a promoção da mulher e, de ano para ano, a mulher cabo-verdiana vem assistindo a uma melhoria progressiva da sua condição, embora o caminho a percorrer para uma plena igualdade de oportunidades seja muito longo e espinhoso. É que a modificação comportamental e de atitudes é uma tarefa complexa e demorada no tempo que exige perseverança e parcerias a todos os níveis, e em todos os sectores - transversalidade e multi-sectorialidade nas relações de género.

Destaca-se, aqui o papel do Instituto da Condição feminina(ICF), instituição governamental criada em 1994, encarregue de coordenar as políticas públicas direccionadas às mulheres e das ONG's que se dedicam à problemática da mulher ou com componente mulher.

Particularmente neste âmbito, os programas previstos no PANA II devem ser analisados por forma a prevenir ou pelo menos mitigar possíveis efeitos negativos na posição social e económica da mulher. Qualquer programa que não consagre uma discriminação positiva da mulher poderá eventualmente melhorar a qualidade de vida desta, mas jamais contribuirá para a equidade entre os sexos pretendida.

3.4 Medidas Estratégicas e Acções

A análise dos desequilíbrios existentes demonstra que nem a igualdade constitucional e legalmente estabelecida, nem a presença e o estatuto da mulher no mercado de trabalho, têm sido suficientes para a materialização de uma igualdade efectiva nas relações de género.

A cabo-verdiana depara-se ainda, com determinadas barreiras essencialmente de carácter culturais que lhe dificulta o desenvolver das suas potencialidades, impedindo-lhe por isso, de ocupar o lugar que por natureza lhe assiste.

Tem-se debatido nos vários domínios (social, político, cultural e económico), a questão da desigualdade da mulher em relação ao homem, tanto na família como na sociedade, chegando-se à conclusão de que o homem está em posição de vantagem em relação à mulher. No entanto, estereótipos de vária ordem tendem a

persistir como resultados de práticas culturais enraizadas, que as sucessivas gerações vão reproduzindo, muitas vezes de forma automática.

A transversalidade que deve caracterizar as relações de género e, por conseguinte, todas as políticas públicas neste domínio exige uma permanente concertação entre as diversas instituições governamentais e não governamentais, por forma a se garantir a monitorização eficaz e eficiente de todas as acções.

O Plano Nacional para a Promoção da Mulher 1996-2000, veio dar consistência a toda essa estratégia em matéria de relações de género e combate à pobreza.

Em termos metodológicos, incorporou todos os estudos e todas as conclusões dos seminários e ateliers organizados pela comissão instaladora do ICF, pelo ICF e pelas ONG's que trabalham para a promoção feminina, bem como as grandes orientações em termos de políticas públicas. A busca de consensos nas grandes linhas que orientam as políticas no que concerne às relações de género foi nota dominante dos processos de produção e execução do Plano de Acção na promoção da igualdade e equidade entre os sexos.

O Plano definiu um conjunto de acções que deveriam conduzir a uma mudança de atitudes e comportamentos estereotipados em favor das mulheres. Seguindo as recomendações da última Conferência Mundial sobre as Mulheres, previu a intervenção em alguns sectores chave, não obstante a perspectiva integrada das acções identificadas.

No tocante à igualdade entre os sexos preconizou-se uma série de acções, dos quais sublinhamos a criação de condições institucionais, políticas e ambientais favoráveis a um maior protagonismo da mulher na vida pública.

A avaliação do Plano Nacional para a Promoção da Mulher 1996-2000 e a análise dos dados estatísticos demonstram avanços significativos para a mulher.

Um diagnóstico da situação sócio-económica, política e cultural permitiu constatar que embora tivesse havido avanços significativos no acesso aos recursos e benefícios do desenvolvimento, persistiam ainda insuficiências em vários domínios, nomeadamente no(a):

- Acesso à formação científica e tecnológica para as meninas;
- Acesso a cuidados de saúde de qualidade;
- Acesso aos factores de produção e ao crédito;
- Participação nos órgãos de decisão;
- Valorização do trabalho doméstico e maior equilíbrio na repartição das responsabilidades familiares;
- Combate à violência doméstica e à discriminação da mulher a todos os níveis.

Uma breve caracterização dos diferentes sectores mostra-nos que a educação e a saúde foram os sectores onde mais avanços se registaram desde a Independência

Nacional até a presente data, sendo a universalidade do ensino uma das grandes vitórias alcançadas nesse domínio.

A busca da igualdade e da equidade em género e do combate à pobreza exige de todos os sectores da vida social, económica, cultural e política do país, decisões centradas na:

- Planificação sistemática e equilibrada dos recursos, tendo em conta as necessidades da população feminina que constitui 51.9% dos cidadãos, isto é, a distribuição dos recursos deve obedecer ao equilíbrio nas relações de género;
- Integração e articulação entre os organismos públicos, o sector privado e as organizações da sociedade civil que perseguem os objectivos de igualdade e equidade; a conjugação destas sinergias contribuirá para o aproveitamento mais funcional e optimização dos recursos;
- Transversalidade, que significa que todos os serviços devem assumir a sua responsabilidade na execução das medidas positivas;
- Participação, todos os agentes devem estar implicados nas iniciativas de desenvolvimento sócio-comunitário. As medidas positivas devem ter em conta as necessidades específicas dos homens e das mulheres nas comunidades e todos devem ser implicados nos projectos e programas que lhes dizem respeito;
- Equidade e solidariedade na distribuição dos recursos, de acordo com a estrutura demográfica, sócio-económica e cultural e a insularidade e fragilidade do país.

O Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género (PNG 2001-2005) propõe intervir nos diferentes sectores e em estreita colaboração com as várias organizações da sociedade civil, por forma a se atingir uma parceria, com vista a um desafio comum da mudança de mentalidades, atitudes e práticas que conduzam a uma sociedade mais justa e igualitária.

Face aos desequilíbrios ainda observados, o PGN estabeleceu objectivos, metas, medidas estratégicas e indicadores de resultados para o período 2001-2005, alguns dos quais também já identificados pelo PANA e dos quais fazemos referência :

- Aumentar a formação profissional das mulheres e raparigas;
- Melhorar o acesso das mulheres aos factores de produção e ao crédito;
- Combater a pobreza;
- Promover a educação e sensibilização das mulheres para os problemas ambientais;
- Aumentar o acesso das mulheres e das raparigas a todos os níveis de ensino;
- Promover a igualdade de oportunidades no acesso e no controlo dos recursos e benefícios do desenvolvimento.

4 CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DA POBREZA EM CABO VERDE

4.1 Perfil da pobreza

Não obstante os índices satisfatórios de crescimento económico registados nos últimos anos, a pobreza continua a atingir uma parte significativa da população do arquipélago. O crescimento económico não resultou numa redução do desemprego.

Apesar de algumas melhorias registadas na última década, mantêm-se grandes disparidades regionais, sendo as condições de vida significativamente piores no meio rural que no meio urbano. Segundo o Instituto Nacional de *Estatística (INE)*, cerca de 64 em cada 100 agregados familiares apresentam um índice de conforto baixo ou muito baixo. As famílias urbanas detêm mais conforto do que as rurais. Na zona rural cerca de 90% dos agregados familiares tem um nível de conforto baixo ou muito baixo. Salvo raras excepções explicadas pelas remessas dos maridos emigrados (S. Nicolau, Ribeira Grande, Boavista e Maio), as famílias chefiadas por mulheres (40% das famílias em 2000) são as que dispõem de menor conforto.

Tradicionalmente um dos principais amortecedores sociais, a emigração reduziu-se de forma acentuada devido às políticas restritivas dos países de acolhimento, levando à contracção das remessas. O perfil dos donativos externos, sobretudo na sua componente bilateral, é também nitidamente decrescente.

A inexistência de uma base estatística actualizada torna difícil uma abordagem científica da evolução da pobreza em Cabo Verde. No entanto, segundo um estudo de 1993, cerca de 30% da população cabo-verdiana vive abaixo do limiar da pobreza, sendo que desses a percentagem de muito pobres é de 14%.

As desigualdades na distribuição dos rendimentos são particularmente evidentes em algumas regiões do país, como Santo Antão. Isto, apesar do índice do Gini (0.43) se situar dentro dos parâmetros aceitáveis. Portanto, a pobreza não é uniformemente distribuída no país, havendo regiões em que pode mesmo duplicar-se em extensão.

Também, os indicadores de condições de vida e de acesso social, evidenciam disparidades regionais significativas:

- Nos concelhos do Porto Novo, Praia e Sal as taxas de mortalidade infantil em menores de cinco anos estão muito acima da média nacional que era de 28,2 por mil em 2000. A taxa de fecundidade baixou de 5,5 em 1990 para 4 em 2000, sendo de 4,8 no meio rural e 3,4 no urbano.
- A taxa de escolaridade líquida no ensino básico de seis anos (96.0%), no mesmo ano, era de 90,3% em S. Nicolau, 92.2% no Fogo, 92,3% no Porto Novo e 93.8% no Tarrafal de Santiago. Na população adulta, o analfabetismo atinge mais a ilha de Santo Antão e os concelhos rurais de Santiago com taxas acima dos 30% quando a média nacional é de 25%.
- O abastecimento de água parece ser mais crítico nos concelhos de S. Catarina, S. Miguel e S. Domingos onde as taxas de população não abastecida por sistema regular (água canalizada, chafariz) são mais elevadas (48% a 43%, contra 30% a nível nacional). Nos Mosteiros o abastecimento por cisternas é dominante (42,5%) enquanto que em Santa Cruz 17,5% da população se abastece em poços. O índice de saneamento é mais grave nos concelhos rurais de Santiago e em Santo Antão com 63 a 84% das famílias a

não disporem de qualquer meio sanitário (a percentagem média nacional é de 54.5%).

De acordo com os indicadores disponíveis, em Cabo Verde a pobreza parece ser um fenómeno eminentemente rural, quer na sua incidência (cerca de 50% da população rural seria pobre) quer na contribuição nacional para a pobreza (cerca de 70% dos pobres vivem no campo). No entanto, o êxodo rural vem se traduzindo numa nítida urbanização da pobreza. Só na década de 90 a percentagem da população que se terá deslocado do campo para a cidade passou de 47 para 53,7%. É de realçar que apesar de apresentar uma incidência inferior ao do mundo rural, a pobreza atinge níveis altos de gravidade também nas zonas urbanas.

Segundo dados do Censo 2000, a prevalência do analfabetismo na camada feminina é muito superior à da camada masculina, atingindo o dobro na população dos 15 e mais anos de idade. Cerca de 43,5% das mulheres adultas do meio rural são analfabetas, contra 23,9% dos homens. O desemprego atinge mais as mulheres que os homens. O trabalho doméstico é repartido de forma desigual, dificultando o acesso da mulher à formação e a uma maior participação social. Além disso, a violência doméstica constitui um mal ainda bem presente e que deve ser erradicado definitivamente da sociedade cabo-verdiana.

4.2 Determinantes da pobreza

A pobreza em Cabo Verde assume uma dimensão notoriamente estrutural resultante da grande vulnerabilidade do país: fragilidade ambiental e climatérica, descontinuidade territorial, bases de recursos e de produção claramente insuficientes, forte dependência externa, etc.

O cabo-verdiano enfrenta desde sempre uma luta permanente e desigual com as condições climatéricas sahelianas com períodos de seca cada vez mais frequentes e prolongados. A seca constitui sem dúvida o maior factor de risco tanto para a pobreza conjuntural como para a pobreza estrutural. Por outro lado, a pressão ambiental agravada pelo aumento da população e chuvas torrenciais constitui um problema sério para a erosão dos solos. A luta contra a pobreza em condições ecológicas tão frágeis terá que estar ligada à luta contra a desertificação.

A agricultura é tecnicamente atrasada e praticada em condições naturais particularmente adversas de escassez tanto de solos como de água. Portanto, apesar de constituir uma actividade económica importante, a agricultura não sustenta a numerosa população que dela ainda depende. Mais de 75% da população agrícola dedica-se à agricultura de sequeiro. Estima-se que 70 a 85% dessas explorações agrícolas quase nunca atingem produções para o sustento de uma família.

Em Cabo Verde, a insegurança alimentar é simultaneamente causa e consequência da pobreza. A produção alimentar é notoriamente deficitária cobrindo apenas 10 a 15% das necessidades. No meio rural a pobreza é mais extensa nas zonas agro-ecológicas áridas e semi-áridas. Os dados do IDF de 1989/99 indicam que as camadas mais pobres da população gastam a maior parte dos seus rendimentos com a alimentação. A segurança alimentar do país continua a depender fortemente da ajuda externa.

As oportunidades de emprego no país são raras e o desemprego varia na razão directa com a pobreza. A taxa de desemprego é elevada, sendo mais severa entre as

mulheres e nas camadas mais jovens. A debilidade da actividade económica no mundo rural agrava ainda mais a difícil situação do desemprego.

A insularidade, representando custos acrescidos em termos de infra-estruturação e de unificação dos mercados, constitui mais um constrangimento à redução da pobreza e ao desenvolvimento do país.

Em Cabo Verde, a educação é simultaneamente vista como o principal factor determinante da pobreza e a principal alternativa ao seu combate. Segundo os indicadores, existe uma forte correlação entre o nível de instrução e a pobreza. A probabilidade de ser pobre varia na razão inversa com o nível de instrução. A incidência da pobreza reduz-se a metade quando se passa da população analfabeta para uma população com o nível de instrução de 4 anos de escolaridade.

Segundo o Censo 2000, o nível de instrução determina também o tamanho das famílias. Quanto menor o nível de instrução maior é o tamanho da família e, conseqüentemente, maior a probabilidade de ser pobre.

Ainda de acordo com o mesmo Censo, o analfabetismo tende a concentrar-se nas camadas mais idosas (66,4% na faixa etária superior aos 50 anos contra 7,6% na faixa etária dos 15 aos 34 anos). Por outro lado, o analfabetismo explica, em boa parte, tanto a maior propensão para a pobreza por parte das mulheres (32,8% das mulheres adultas são analfabetas), como a maior extensão da pobreza no mundo rural (34,5% de analfabetos contra 11,1% no sector urbano).

A saúde, agindo simultaneamente como causa e consequência, constitui outra dimensão importante da pobreza. Em termos gerais, os indicadores de saúde têm vindo a melhorar. No quinquénio 1995-2000 em relação ao período anterior, a mortalidade geral mostrou uma tendência para a redução, passando de uma média de 8 por mil para 6,6 por mil, enquanto a mortalidade infantil passava de 48,9 por mil para 32,1 por mil. A taxa de mortalidade em menores de 5 anos passou de 43,2 por mil em 1996, para 28,2 por mil no ano 2000. Porém, a taxa de incidência dos casos notificados de VIH/SIDA tem vindo a aumentar, passando de 0,6 por dez mil habitantes em 1996 para 1,8 no ano 2000.

As patologias ligadas às condições ambientais deficientes e, portanto, a situações de pobreza, que têm a ver com o acesso à água potável e ao saneamento básico, as condições de habitação, a malnutrição, etc., (afecções infecciosas e parasitárias, respiratórias e perinatais) estão entre as principais causas de morte em Cabo Verde. Estas patologias afectam particularmente as crianças.

Um dos maiores problemas enfrentados pela população é, sem dúvida, o abastecimento em água potável com uma taxa de cobertura por um sistema de abastecimento de água (rede pública e chafariz) de 70% (76% para o meio urbano e 61% para o rural) segundo dados do Censo 2000. É de realçar, no entanto, que esses dados não traduzem exactamente a situação real que é muito pior. A capitação é extremamente baixa, muito longe do mínimo para suprir as necessidades elementares.

A situação geral do saneamento é crítica. Mais de metade das famílias cabo-verdianas não tem acesso a qualquer sistema de saneamento, sendo que mais uma vez a situação é pior no mundo rural. Aproximadamente 75% das famílias não dispõem de qualquer meio de saneamento contra 40% no meio urbano.

Factores de natureza comportamental e cognitiva também interferem grandemente na formação da pobreza em Cabo Verde. Entre eles, uma certa tendência para a

resignação e dependência, sobretudo do Estado a par com a crença de que os filhos são uma riqueza para os pais na velhice. São ainda os comportamentos e atitudes não assertivos que levam ao crescimento das famílias monoparentais chefiadas por mulheres e à diminuição da iniciativa do pobre para sair da situação de pobreza.

5 INTERACÇÃO ENTRE GÉNERO E POBREZA

A origem do conceito “feminização da pobreza” encontra-se nos debates iniciados, nos anos 70, nos Estados Unidos, sobre mães solteiras e assistência social. Mais tarde, passa a ser relacionado ao aumento na proporção de famílias chefiadas por mulher bem como a uma certa concentração de mulheres no mercado de trabalho informal. Os estudos sobre a feminização da pobreza caracterizam-se por associar a pobreza a questões relacionadas com o género, tomando como pressuposto que a pobreza afecta mulheres e homens de forma diferente. Sendo assim, as mulheres estariam mais vulneráveis à pobreza devido à sua função reprodutiva, a qual as impediria de dedicar mais do seu tempo à formação do seu capital humano.

A probabilidade de ser pobre em Cabo Verde aumenta se se é mulher e muito mais quando esta é chefe de família.

Em Cabo Verde, a probabilidade da mulher ser pobre é superior à do homem. As famílias chefiadas por mulheres estão entre as mais pobres. Tem-se verificado, no entanto, algumas conquistas rumo a um maior equilíbrio nas relações de género, destacando-se a paridade género conseguida em quase todos os níveis de ensino.

Relativamente aos grupos vulneráveis, dados dos Serviços de Promoção Social indicam que 70% dos assistidos são mulheres. De acordo com os dados do Censo 2000, 80% das famílias vulneráveis são chefiadas por mulheres, geralmente mães solteiras. Esta situação advém fundamentalmente da não assunção responsável da paternidade e da baixa escolaridade das mulheres.

A extensão da pobreza para as famílias com chefes “donas de casa” é um pouco superior à média; a pobreza nessas famílias é muito mais intensa e grave. Sobre estas mulheres, particularmente as do mundo rural, pesam enormes e socialmente desvalorizadas cargas de trabalho: encargos caseiros, educação dos filhos geralmente numerosos e outras actividades penosas como o abastecimento de água e em lenha. Muitas vezes são ajudadas pelas crianças, em detrimento da actividade escolar.

A situação é ainda mais grave quando se trata de mães adolescentes, ou muito jovens cujo “destino” fica desde logo traçado. Na tentativa de uma busca de sobrevivência vão tendo filhos, que são as principais vítimas e que vão dando sequência ao ciclo de pobreza que se reproduz.

A mulher pobre tem mais filhos; tem-nos em partos sucessivos, sem espaçamentos, situação que põe em risco a sua saúde e, por vezes, a própria vida; recorre menos aos serviços de planeamento familiar e é menos informada sobre as questões de saúde reprodutiva.

Em 1996, as mulheres representavam 47,8% dos desempregados. Apenas 38 % dos empregados eram mulheres e concentrava-se fundamentalmente no sector terciário (serviços), numa percentagem de 85 %. Em 2000, a taxa de desemprego é de 17,4%, dos quais 23,8% para as mulheres e 11,1% para os homens.

6 IMPACTO DAS ACTIVIDADES DO PANA II SOBRE O GÉNERO E A POBREZA

6.1 Género, pobreza e ambiente

Os recursos naturais de Cabo Verde apesar de limitados, fornecem a base de sobrevivência para uma proporção significativa da população. Os dados demográficos apresentados no capítulo 2.2 mostram que cerca de 46% dos cabo-verdianos residentes vive no meio rural. A maioria dos indivíduos que constituem este grupo tem na agricultura, pecuária, pesca, apanha de areia e outros inertes e lenha, as suas actividades económicas essenciais. Sublinha-se que, segundo dados apresentados em rubricas anteriores, uma boa percentagem é mulher, na sua maioria pobre.

A população rural utiliza e explora o ambiente de forma a maximizar os rendimentos para responder às suas necessidades básicas imediatas. Este é um aspecto fundamental a ter em conta na implementação das intervenções propostas no PANA II.

É importante que a população rural, os pobres e as mulheres, estejam conscientes dos impactos negativos das suas actividades sobre o ambiente e, por conseguinte, sobre as oportunidades de sobrevivência e qualidade de vida dos seus filhos e outros descendentes.

Estas duas noções fornecem a base principal para a avaliação do impacto do PANA sobre género e pobreza.

6.2 Gestão sustentável dos recursos hídricos

6.2.1 Importância da disponibilidade de água

A água constitui um recurso indispensável e insubstituível à sobrevivência das espécies animal e vegetal. Ao longo dos tempos, tem constituído também um elemento importante de fixação da população e de desenvolvimento.

Para Cabo Verde, país cujo clima árido e semi-árido propicia a escassez de água, a sua utilização racional deve ser uma prioridade, aliada à procura crescente de formas de mobilização de novos recursos, para fazer face ao aumento do consumo (aumento da população, aumento das necessidades dos sectores agrícola, pecuário e industrial), já que as disponibilidades naturais tendem a diminuir.

A noção da pobreza abrange conceitos como a falta de acesso a bens essenciais como a água, electricidade, casas de banho ou latrinas, e, sobretudo, alimentação. A segurança alimentar não é apenas uma questão de disponibilidade, mas fundamentalmente, de acesso aos alimentos.

Em Cabo Verde os bens alimentares representam mais de 50% das despesas familiares. Deste modo, se o seu poder económico for limitado, a acessibilidade material do indivíduo aos bens de primeira necessidade fica cerceada. Pode dizer-se que a pobreza acarreta consigo as questões de género, uma vez que a mulher é a franja da população por ela mais afectada.

6.2.2 Medidas propostas no PANA II Estratégico

O PANA II Estratégico apresenta como objectivo geral para esta rubrica *a promoção da gestão sustentável dos recursos hídricos e o aumento da sua disponibilidade pela via da racionalização do seu uso, da melhoria da eficiência na sua utilização e do aumento da produção através de diversas formas de retenção e captação.*

1. Construção de infra-estruturas de retenção e de captação de água das chuvas e de captação de águas de condensação das nuvens em 25% das potencialidades até 2010 e 50 % até 2020;
2. Sensibilização das comunidades em relação à vulgarização de técnicas mais eficientes de utilização e reciclagem da água, através de meios audiovisuais, envolvimento das ONG's e de acções comunitárias, visando abranger 50 % e 75 % das populações rurais em 2007 e 2012 respectivamente, contra 75% e 100% das populações urbanas em 2007 e 2012;
3. Construção de infra-estruturas de dessalinização nos grandes centros urbanos visando o aumento da produção em 100% por essa via até 2007;
4. Montagem e operacionalização de um sistema de avaliação e monitorização da qualidade e quantidade de água de abastecimento, e da eficácia do sistema de abastecimento;
5. Clarificação e desenvolvimento de competências e capacidades de planeamento, gestão e intervenção no domínio dos recursos hídricos;
6. Elaboração de um inventário de recursos hídricos (já em curso) até 2005;
7. Adopção de planos nacionais e municipais de gestão sustentável dos recursos hídricos até 2007 para todos os concelhos;
8. Ordenamento dos recursos hídricos através de uma estratégia de gestão integrada, em função da localização dos recursos, dos locais e das necessidades.

6.2.3 Análise do impacto das medidas propostas sobre género e pobreza.

Analisando os objectivos específicos desta área e considerando a situação em termos de recursos hídricos explorados e exploráveis e, ainda, a capacidade financeira do país, pode-se concluir que é possível atingir a meta de satisfação das necessidades de abastecimento de água para o consumo humano e para a indústria.

Porém, no que concerne à agricultura e pecuária, questionamo-nos sobre se os fins justificam os meios já que a nossa agricultura é aleatória: o clima árido e as chuvas escassas. A meta poderá eventualmente ser atingida, mas será que os resultados compensarão o investimento necessário? Ainda, será possível minimizar a pobreza e resolver o problema da equidade na divisão dos recursos?

Somos de opinião de que atingindo a etapa da satisfação das necessidades em água para o consumo humano, para a utilização na agricultura, na pecuária, na indústria, entre outros, Cabo Verde daria o passo que falta rumo ao desenvolvimento sustentável. Porém, o aumento da disponibilidade de água só constituirá uma mais valia se for associado ao acesso das populações à mesma. Caso contrário, não terá significado uma vez que as populações mais carenciadas não dispõem de meios financeiros para o conseguir.

Ter água disponível é sinónimo de mais saúde, pois a distribuição de água potável de boa qualidade e em quantidade suficiente é um dos factores considerados na operacionalização actual do conceito de saúde. A disponibilidade de água resulta em mais higiene. Em Cabo Verde ainda se verifica uma grande prevalência de doenças cujas causas estão directamente ligadas à qualidade da água e ausência de

saneamento básico, nomeadamente todas as doenças do foro infecto-contagioso e as parasitárias. Nos últimos anos, têm-se verificado epidemias de cólera em 1997, pólio em 2000 e paludismo em 2001. Com o PANA, espera-se uma melhoria da qualidade de vida da população que se pode medir através da redução da morbi-mortalidade, sobretudo em bebés com menos de um ano.

A satisfação das necessidades de abastecimento em água potável, liberta as mulheres para outras actividades geradoras de rendimento e de aumento de conhecimentos. Por outro lado, uma produção industrial de água (dessalinização, tratamento e re-utilização das águas residuais, etc.) para utilização nomeadamente na agricultura e na pecuária, teria um impacto directo no rendimento das famílias e na sua dieta alimentar, na diminuição da dependência e vulnerabilidade alimentar, em suma, na melhoria da qualidade de vida tão almejada por todos os cabo-verdianos.

Mas, ainda que no âmbito do PANA II apenas se consiga a satisfação das necessidades em água para o consumo e indústria, será um passo considerável rumo a criação de emprego tanto temporário como permanente e, conseqüentemente, à minimização da pobreza e à melhoria da equidade a nível nacional.

A gestão racional dos recursos hídricos pressupõe a existência de água em quantidade e qualidade e a disponibilidade de recursos financeiros para se poder investir em novas tecnologias e infra-estruturas necessárias. Neste âmbito há que solucionar as fontes de financiamento e definir as estratégias a longo prazo para se não correr o risco de ter água em quantidade e qualidade disponível mas não acessível para todos.

Considerando que uma boa parte da população cabo-verdiana vive ou depende da agricultura, havendo disponibilidade de água para a prática da agricultura e pecuária, ligada à implementação do PANA II de uma forma sustentável a questão do desemprego no mundo rural poderá ser atenuado e, por consequência, o desemprego e a pobreza a nível nacional serão minimizados. A questão do género e da equidade neste âmbito poderá ser solucionado com a conquista de novas áreas irrigadas e a sua distribuição equitativa.

6.2.4 Propostas alternativas

A satisfação das necessidades de abastecimento em água irá proporcionar uma melhoria na qualidade de vida dos cabo-verdianos, caso o programa for concebido e implementado de uma forma sustentada. Inicialmente, durante o período de adaptação, deverá haver uma comparticipação do Estado nas despesas a fim de apoiar os mais vulneráveis. No que tange as ligações domiciliárias, os municípios da Ribeira Grande e de S. Vicente têm experiências que deveriam ser analisadas e reforçadas nesses municípios e generalizadas a nível nacional.

Por outro lado, há que apostar numa equipa de quadros técnicos com disponibilidade de tempo e capacidade científica para analisar e emitir opiniões baseadas em dados concretos para uma melhor monitorização do processo.

Pensar projectos viáveis e adaptáveis à realidade de cada ilha ou região por forma a resolver os anseios e as expectativas concretas das populações locais em geral e, em especial, dos grupos-alvo mais vulneráveis que tenham como objectivos a geração de empregos e a distribuição equitativa dos recursos.

A fim de facilitar o acesso e a divisão equitativa, propomos que, no que toca ao emprego, haja inicialmente uma discriminação positiva da mulher para que se possa atingir maior equilíbrio nas relações de género.

A qualidade de água é a chave do sucesso, há que investir em laboratórios para o controle da qualidade principalmente nos terminais (domicílio e reservatórios), a fim de controlar as epidemias transmitidas por vectores que têm como meio de reprodução os depósitos de água.

Para garantir um uso correcto da água propomos que paralelamente a implementação do PANA sejam implementados programas de modificação comportamental das populações sem as quais não se alcançarão os resultados desejáveis. Isto porque, embora possa parecer paradoxal, o cabo-verdiano não tem cultura de poupança de água.

Por outro lado, o aumento da disponibilidade de água irá resultar num aumento considerável de reservatórios domésticos o que deverá implicar a criação de um sistema estratégico de manutenção e controlo da qualidade da água desde a produção ao consumidor.

Finalmente, que as micro-empresas sejam sensibilizadas e formadas por forma a apresentar no mercado produtos concorrenciais e de qualidade.

Há que ter em conta que deve haver um seguimento contínuo das parcelas irrigadas existentes, e das novas que aparecerão por forma a evitar a sobre-exploração e, conseqüentemente, a salinização da água e dos solos.

6.2.5 Monitorização

Em termos gerais, com o aumento da disponibilidade e qualidade de água atinge-se um aumento da qualidade de vida que se irá repercutir na:

- Melhoria da saúde pública, do saneamento básico e da dieta alimentar que será mais variada em consequência do aumento da produção e da qualidade dos produtos (agricultura, pecuária e indústria);
- Diminuição da pobreza – possibilidade de produção, diminuição do desemprego, aumento na disponibilidade de tempo por parte da mulher que poderá eventualmente ser empregue na aquisição de conhecimentos (alfabetização, educação, formação profissional, saúde, etc.), educação dos filhos, procura de outras alternativas de emprego.
- Garantia da segurança alimentar das populações.
- Resposta a algumas das prioridades sectoriais como sejam, saúde, educação, agricultura (introdução de novas tecnologias), pecuária, meio ambiente e energia, combate a malnutrição, erradicação da pobreza extrema, atingir o ensino básico universal, promover a igualdade de género e dar poder às mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater as doenças infecto-contagiosas, assegurar a sustentabilidade ambiental e desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

O anexo 2 apresenta uma matriz de monitorização provisória.

6.3 Saneamento básico

6.3.1 Importância do saneamento básico

O saneamento básico tem uma implicação directa na saúde dos cidadãos. O novo conceito de saúde estabelece um conjunto de factores que a influenciam directamente: a distribuição de água em termos de quantidade, mas, sobretudo, de qualidade, a pobreza, o nível de escolaridade, o acesso aos cuidados de saúde, a educação e o saneamento do meio.

Cabo Verde ainda se confronta com patologias cujas causas estão directamente relacionadas com as condições deficientes de saneamento, cujo exemplo mais flagrante foi a epidemia de pólio (doença entérica que resulta das condições sócio-sanitárias) no ano 2000, ou o paludismo (decorrente das águas estagnadas) última epidemia em 2001.

A situação do saneamento a nível nacional é resumidamente apresentada como se segue:

- a) Somente a cidade do Mindelo dispõe de equipamentos de saneamento com alguma importância embora manifestamente insuficientes. Existe uma rede de esgotos que serve cerca de 43% da população (ver Quadro 2). As águas usadas são tratadas na estação da ETAR na Ribeira de Vinha.
- b) Na cidade da Praia cerca de 30% da população beneficia de uma forma privada de evacuação de excretos, dos quais 11% encontram-se ligados a uma rede de esgotos. A forma frequente de evacuação é a fossa séptica. Existe uma pequena estação de tratamento primário sendo a água posteriormente rejeitada no mar.
- c) Nos centros urbanos secundários predominam as fossas sépticas enquanto um número considerável da população não dispõe de nenhum meio de evacuação. A cobertura em fossas sépticas varia de um mínimo de 24% em S. Cruz a um máximo de 90% na Assomada. Sublinha-se que essas fossas são susceptíveis de provocar danos à qualidade da água, se colocadas em relação com os aquíferos subterrâneos.
- d) No meio rural a inexistência de formas privadas de evacuação de excretas pode dizer-se generalizada. A defecação faz-se, na maioria dos casos, ao ar livre.
- e) As águas usadas são, essencialmente, rejeitadas ao ar livre, nas fossas sépticas (pouca quantidade), para os jardins ou, em muitos casos, serve para os animais. Isso mostra que a água é na realidade um recurso muito limitado.

Portanto, uma melhoria no saneamento básico levará sem dúvida a uma inevitável melhoria da qualidade de vida que pode ser medida através da redução da morbidez e da mortalidade, sobretudo na faixa etária de menores de um ano de idade.

Quadro 4: Distribuição da população, por ilha e por concelho, com acesso a meios sanitários de evacuação de dejectos humanos:

Ilha/ Concelho	Zona				Total	
	Urbana		Rural		População	%
	Populaçã ão	%	Populaçã o	%		
Santo Antão	10.377	35	34.403	12	44.780	17
R. Grande	4.055	48	16.796	14	20.851	20
Paúl	1.170	31	7.016	8	8.186	12
Porto Novo	5.152	25	10.591	11	15.743	16
S. Vicente	52.055	46	4.585	26	56.640	45
S. Nicolau	1.905	79	11.807	30	13.172	37
Sal	8.063	59	925	40	8.988	57
Boavista	1.540	52	1.952	24	3.492	37
Maio	1.726	40	3727	21	5.453	27
Santiago	86.152	37	109137	8	195.289	21
Tarrafal	3.807	27	22.876	7	26.683	11
S. Catarina	3.438	58	38.437	8	41.875	12
Santa Cruz	3.859	16	22.752	13	28.611	14
S. Domingos	493	15	13.403	4	13.896	5
Praia	72.555	38	11.669	8	84.224	34
Fogo	5.616	34	28.286	12	33.902	19
S. Filipe	4.711	31	23081	12	27.792	15
Mosteiros	905	49	5205	15	6.110	20
Brava	1.890	60	5085	38	6.975	44
Total	169.324	42	199907	14	369.231	27

Fonte: INGRH, Cabo Verde, 1996

6.3.2 Medidas propostas no PANA II Estratégico

O objectivo geral do PANA Estratégico para esta rubrica é a satisfação das necessidades em termos de condições de salubridade e de ambiente sadio através de infra-estruturação básica de saneamento e implementação de procedimentos e práticas capazes de assegurarem melhorias nas condições de vida.

As medidas propostas são:

- Promoção de programas de informação e sensibilização para os perigos de utilização de pesticidas químicos e fertilizantes através de meios audiovisuais e de acções comunitárias, visando sensibilizar 50 % das populações rurais em 2007 e 100 % em 2010;
- Promoção de programas de sensibilização e promoção de hábitos de consumo consentâneos com boas práticas ambientais;
- Promoção do conhecimento e acompanhamento do estado ambiental do litoral dos principais centros urbanos através de programas de estudo e avaliação da poluição orgânica e química no litoral dos principais centros urbanos até 2010;
- Definição e/ou revisão de mecanismos de controlo da importação de embalagens, através de legislação e incentivos adequados, até 2007;

- Promoção de programas de prevenção da poluição química industrial, através de implementação de sistemas de gestão ambiental e de auditorias ambientais em 100% das empresas, até 2007;
- Promoção de capacidade nacional de manutenção das estruturas de saneamento;
- Promoção de condições laboratoriais de análises de água e solos;
- Criação de estruturas de fiscalização;
- Promoção de estruturas industriais de reciclagem de resíduos orgânicos para a produção de energia, designadamente de gás butano;
- Promoção e reforço das capacidades de recolha de óleos usados através da construção de infra-estruturas de armazenamento e implementação de redes e procedimentos de recolha para posterior reciclagem no exterior, visando um nível de atendimento de 100% em 2007 nos principais centros urbanos;
- Promoção do papel dos jovens, incluindo a criação de um corpo nacional de voluntários (tal como previsto no Programa da Luta contra a pobreza – luta contra o desemprego).

6.3.3 Análise do impacto das medidas propostas sobre género e pobreza.

Esta área prioritária integra preocupações referentes à gestão dos resíduos sólidos, orgânicos e não orgânicos, bem como efluentes domésticos e industriais.

A produção de resíduos tende a aumentar principalmente nos centros urbanos devido à pressão demográfica e ao turismo.

A elaboração de um plano nacional de gestão dos resíduos sólidos e dos efluentes líquidos urbanos até 2005 irá resolver a questão do saneamento a nível nacional e, conseqüentemente, combater a pobreza. Quanto às questões de género pensamos que a distribuição proporcional dos recursos colocados à disposição e a sua utilização sustentável irão proporcionar a equidade. Tudo isso deverá ser complementado com acções concretas no âmbito da implementação do Programa Nacional de Combate à Pobreza e do Plano Nacional de Saneamento Básico.

Para além da definição de estratégias e políticas de educação, informação e sensibilização neste domínio junto das comunidades é imprescindível à implementação do Plano Nacional de Gestão dos Resíduos como forma de resolver o problema de saneamento visando a cobertura de 50% em 2007 e de 100% em 2010 e gerar empregos para o combate a pobreza.

Através dos programas e projectos de recolha, tratamento, reciclagem e disposição final de resíduos de plásticos, vidros, papel e sucatas metálicas e outros serão criados vários postos de trabalho. Neste domínio é possível o apoio financeiro do Estado e das ONG's para a implementação de actividades geradoras de rendimentos.

O combate à pobreza poderá ser intensificado, pelo menos até 2010, com a geração de empregos através do alargamento e modernização das estruturas de saneamento, tratamento e reciclagem de águas residuais.

6.3.4 Propostas alternativas

Para além das medidas preconizadas no PANA estratégico e no PNLP propomos:

- Promoção de programas de prevenção da poluição química industrial, através da implementação de sistemas de gestão e auditorias ambientais em 100% das empresas até 2014;
- Introduzir no PANA a nível nacional um programa de ligação gratuita às redes de esgotos para a melhoria da qualidade de vida das populações;
- Apoiar políticas que levem a subvenção do preço da água nos domicílios rurais e nos urbanos mais pobres;
- Criação de laboratórios para análise de água e solos.

Uma matriz de monitorização provisória para facilitar a medição do impacto das actividades previstas está apresentada no anexo 3.

6.4 Gestão sustentável da biodiversidade

6.4.1 Importância da biodiversidade

O PANA II estratégico (2002) indica que a utilização das componentes da biodiversidade, tal como estabelecida na Convenção sobre a Diversidade Biológica, representa o essencial da actividade humana na terra. Está relacionada directamente com a própria sobrevivência do homem em termos alimentares, farmacológicos, cultural e intelectual, e da compreensão da vida.

A conservação sustentável da biodiversidade garante a perenidade das espécies animais e vegetais e, conseqüentemente, a continuação da vida.

O género, a pobreza e a biodiversidade estão interligados, porque tanto o homem como a mulher precisa explorar os recursos naturais para a sua sobrevivência.

6.4.2 Medidas propostas no PANA II - Estratégico

O PANA II tem como objectivo promover a gestão sustentável da biodiversidade numa perspectiva integrada e optimizada das variáveis biológicas, sociais e económicas visando a redução da pressão humana e evitando ou mitigando os efeitos potencialmente negativos das actividades económicas, prevenindo a sobre-exploração dos recursos naturais. Assim, as várias acções de conservação da biodiversidade serão implementadas tendo em conta as necessidades do homem em matéria de sobrevivência e desenvolvimento sustentável.

As medidas propostas são:

1. Conservação dos solos através de programas da florestação/reflorestação, da construção e manutenção de infra-estruturas mecânicas, biológicas e socio-económicas sustentáveis e promoção de alternativas às práticas inadequadas de exploração dos recursos, visando uma abrangência de 60% dos solos em 2012;
2. Conservação da fauna, da flora e respectivos *habitat*, marinho, terrestre e das zonas costeiras, através da criação e gestão de uma rede nacional de áreas

- protegidas e de ordenamento do território visando a protecção de 100% das espécies actualmente diagnosticadas como raras e ameaçadas ou em perigo de extinção, até 2010;
3. Definição de uma estratégia e política de educação, informação e sensibilização no domínio da biodiversidade, através de meios audiovisuais e de acções comunitárias, visando uma cobertura de 50% das populações em 2010 e 100% em 2015;
 4. Definição de uma estratégia de promoção de actividades extractivas sustentáveis, identificando fontes alternativas de inertes necessários às diferentes actividades, em particular a construção civil, definindo planos de extracção de inertes previamente ao licenciamento de novas unidades de extracção, e exigindo a adopção de sistemas de gestão ambiental das unidades licenciadas, visando o seu pleno funcionamento até 2007;
 5. Criação de mecanismos de concertação por forma a promover actividades económicas sustentáveis em relação à utilização que fazem de materiais inertes e recursos naturais fundamentais;
 6. Promoção de técnicas de produção e protecção integradas (PPI) até 2007.

6.4.3 Análise do impacto das medidas propostas sobre género e pobreza.

Ao falarmos de biodiversidade há que considerar os poucos recursos existentes e os ecossistemas frágeis, sensíveis a alterações extremas dos equilíbrios ambientais.

Da análise dos objectivos específicos espelhados no PANA II, neste domínio, somos a considerar que o estudo científico da natureza e da diversidade biológica e a monitorização dos recursos naturais, aliada a compatibilização da conservação da natureza com o desenvolvimento económico sustentável, irão contribuir para minimizar o possível impacte negativo da actividade humana sobre o ambiente.

Entretanto, há que considerar que tanto o homem como a mulher precisa dos recursos naturais para a sua sobrevivência e que esta não pode ser posta em causa em nome de seja o que for. Nessa óptica, há que pensar em alternativas sustentáveis que possam resolver os problemas sócio-económicos das comunidades impedindo-as, desta forma, de fazer uma exploração desenfreada desses recursos.

A preservação do ambiente deve fazer-se em equilíbrio com o desenvolvimento por forma a criar novos postos de trabalho alternativos para aqueles que vivem da exploração dos recursos naturais (na sua grande maioria mulheres chefes de família), proporcionando o bem-estar das populações e a melhoria da sua qualidade de vida.

Não se deve pedir a um indivíduo para conservar a natureza sem que se lhe apresente alternativas concretas para responder às suas necessidades imediatas. É que, por exemplo, a eliminação de extracção de inertes nas praias irá implicar a eliminação de vários postos de trabalho, afectando camadas muito pobres e especialmente as mulheres chefes de família.

Somos de opinião de que se deve conservar a biodiversidade como forma de promover a perenidade das poucas espécies existentes em Cabo Verde. Para isso, o PANA II deve contemplar projectos alternativos e sustentáveis para os grupos mais vulneráveis que, em cada município, dependem da exploração dos recursos naturais, nomeadamente terrestres e marinhos não esquecendo a orla costeira. Só assim se poderá falar de combate à pobreza e de equidade neste domínio.

6.4.4 Propostas alternativas

Para completar as acções a serem realizadas no âmbito do PANA II e do Plano de Acção Nacional para a Biodiversidade passamos a propor as seguintes alternativas, por forma a reforçar o combate à pobreza tendo em conta o género e a equidade:

- Integração das reais preocupações das populações nos projectos a desenvolver;
- Deixar a gestão das áreas protegidas a cargo daqueles que vivem da exploração sustentável dos recursos;
- Dar prioridade à mulher nos projectos alternativos;
- Dentro do possível, reservar áreas que podem ser exploradas de uma forma sustentável;
- Ordenamento dos recursos naturais de acordo com a sua função económica e social, através de estudos e distribuição espacial e temporal até 2014. Esses estudos devem ser socializados para que se consiga a aderência das populações;
- Criação de fundos especiais para a concessão de créditos para actividades geradoras de rendimento. Chamamos à atenção para o facto de que créditos com juros elevados e com exigências de garantias que não possuem não servem essas populações;
- Formação nas áreas de gestão e outras para a capacitação profissional das mulheres;
- Promover a investigação na área e divulgar os resultados;
- A promoção de um turismo de qualidade que respeite a identidade nacional, assim como o aumento e a diversificação da oferta turística.

O anexo 4 apresenta uma matriz de monitorização provisória.

6.5 Ordenamento do território

6.5.1 Importância do ordenamento de território

O ordenamento do território é um instrumento de aproveitamento estratégico dos recursos naturais, em função da sua distribuição espacial e temporal, bem como da sua dinâmica natural.

Promover o ordenamento do território para um desenvolvimento equilibrado constitui uma das grandes opções do Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005.

Não obstante a importância deste instrumento no desenvolvimento sustentável e harmonioso de qualquer país, constrangimentos diversos têm impedido a sua cobertura a todo o território nacional, num âmbito horizontal.

A variante ordenamento municipal ou planeamento urbanístico têm-se sobreposto ao ordenamento de todo o território nacional.

Há alguns anos atrás (1977/78 a 1985/86), a preocupação centrava-se na elaboração de alguns estudos urbanísticos e planos de pormenor, sobretudo na Praia e no Mindelo, para áreas de expansão urbana, sem no entanto ter-se em conta uma perspectiva de conjunto da cidade e (ou) do município.

Anos depois (1986/87 a 1997), passou-se à elaboração dos PDM (Planos Directores Municipais), PDU (Planos de Desenvolvimento Urbano) e PD (Planos Detalhados), numa perspectiva mais abrangente e de acordo com as exigências técnicas.

A partir de 1997, com a extinção da Direcção Geral do Ordenamento do Território, parece ter havido uma certa estagnação do ordenamento do território; as matérias relacionadas com o ordenamento urbano passaram para a competência do IFH (Instituto de Fomento da Habitação).

Não foram elaborados os esquemas nacional e regionais de ordenamento do território (ENOT e EROT). A acrescentar, parece existir actualmente, uma descoordenação geral que tem provocado situações de sobreposição de competências, disfunções e conseqüentemente conflitos de interesse, entre Departamentos Centrais, o sector do Ordenamento do Território e os Municípios.

Esta situação precisa ser alterada, com medidas e acções de natureza política, técnica e administrativa, a bem de um desenvolvimento sócio-económico harmonioso e equilibrado do todo nacional, com repercussões no aumento da qualidade de vida, na defesa e preservação do ambiente e na gestão criteriosa do território e dos recursos naturais.

A vocação diferencial das ilhas e de diferentes espaços geográficos dentro da mesma ilha constitui uma potencialidade a ser melhor aproveitada num contexto de diversificação das actividades económicas e sociais. Esse potencial representa um factor importante a considerar na exploração dos recursos naturais por forma a se conseguir um desenvolvimento sustentável.

Portanto, a promoção de um modelo sustentável de ocupação do território deve basear-se no aproveitamento de novas sinergias intra e inter ilhas.

6.5.2 Medidas propostas no PANA II - Estratégico

O objectivo principal formulado no PANA II é atingir um ordenamento espacial e temporal dos recursos e das actividades que deles dependem por forma a que as potencialidades existentes sejam aproveitadas de forma sustentável, maximizando os benefícios económicos e sociais dentro dos limites naturais.

O aproveitamento das potencialidades identificadas passa por um conjunto de medidas estratégicas e acções conducentes à:

1. Definição e implementação de uma política e de uma estratégia nacional para ordenamento do território ambientalmente integrado, até 2005.
2. Planos de localização e inventariação dos recursos, respectivas vocações e actividades potenciais, por bacias hidrográficas, até 2007;
3. Cobertura nacional com planos de ambiente e ordenamento do território ao nível nacional, regional e municipal, e com planos urbanísticos, até 2010;

4. Elaboração de planos de ordenamento da orla costeira através de orientações que permitam compatibilizar a diversidade de utilização dos recursos, minimizar os riscos decorrentes de catástrofes naturais e da sobre-exploração bio-económica, até 2010;
5. Elaboração de planos de gestão de Áreas Protegidas bem como dos recursos agrícolas, hídricos e pesqueiros, de extracção de água, sal e inertes, através de estudos sectoriais específicos, até 2007.

6.5.3 Análise do impacto das medidas propostas sobre género e pobreza

Analisando as medidas propostas somos a considerar que o ordenamento das diferentes classes de usos e actividades específicas, nas suas vertentes regional e municipal, rural e urbana e nas zonas costeiras proporcionará uma maior utilização dos recursos e dos espaços naturais promovendo o desenvolvimento sustentável e equilibrado e uma melhor organização do país.

Portanto, a implementação do PANA II permitirá um melhor aproveitamento das potencialidades naturais, mobilidade na circulação de pessoas e bens, distribuição do espaço económico, distribuição geográfica da população, distribuição mais racional dos recursos disponível e a criação de postos de trabalho derivados da mobilização dos recursos financeiros no âmbito da implementação das intervenções.

Entretanto, no que concerne ao ordenamento há que considerar nas acções do PANA II a questão do enquadramento das habitações dos mais pobres nos planos a serem elaborados e que essas sejam melhoradas e dignificadas. Os mais pobres que habitem as zonas definidas, especialmente as mulheres, devem ter acesso a um posto de trabalho com vista a promover o combate à pobreza e o estabelecimento da equidade.

Se se conseguir que o país seja dotado de instrumentos de ordenamento do território eficazes e eficientes, será possível resolver casos pontuais de disfunção ambiental. O ordenamento do território poderá constituir-se num factor de resolução do problema de habitação e de redistribuição das pessoas por forma a estimulá-las a progredir. Por outro lado, possibilitará uma ideia clara da localização das bolsas de pobreza por forma a evitar os guetos.

Soluções e alternativas sustentáveis, geradoras de emprego e de rendimentos devem ser enquadradas no PANA principalmente as alternativas relacionadas com a exploração de inertes quer nas zonas costeiras quer no leito das ribeiras ou nas achadas.

Sem alternativas duráveis, de nada servirão a clarificação de competências, áreas de jurisdição e estruturas administrativas, que serão violadas em nome da sobrevivência. A existência de recursos ambientais só tem sentido se servirem para proporcionar ao Homem um ambiente sadio e garantir o seu bem-estar de uma forma racional e sustentável.

Com o ordenamento será possível uma exploração sustentável dos recursos naturais e uma utilização dos espaços de uma forma racional, facultando a criação de novos postos de trabalho e, conseqüentemente, o combate à pobreza. Há que considerar que a mulher deve ser discriminada de forma positiva por forma a se conseguir a tão almejada equidade.

6.5.4 Propostas alternativas

Apesar de existir um Plano de Ordenamento e das acções preconizadas no PANA irem de encontro a resolução dos problemas mais prementes no que toca ao ordenamento do território, passamos a propor algumas alternativas que têm como objectivos o combate a pobreza e o género em termos de equidade:

- Que as mulheres sejam discriminadas de forma positiva nos Planos de Ordenamento tanto na melhoria e no enquadramento das suas casas como no acesso aos novos postos de trabalho criados.
- É nas ilhas com maior fragilidade ecológica que se deve preservar os ecossistemas. Porém, é desejável que não sejam apenas os especialistas em ambiente a determinar quais as zonas a proteger, mas que as populações sejam envolvidas em todas as fases do processo.
- É preciso preservar, mas há que considerar que se um indivíduo não encontra espaço para construir a sua casa vai deslocar-se para uma outra ilha ou dentro da mesma ilha o que poderá ter um impacto negativo no êxodo. É necessário que os planos de ordenamento não se transformem em obstáculos ao desenvolvimento, daí que deva haver um equilíbrio entre o longo e o curto termo. As necessidades imediatas das populações têm que ser respondidas.
- Integrar as preocupações reais das populações locais nos programas e projectos a desenvolver.
- Regulamentar a Lei aprovada em 93 sobre os ZDTI (zonas de desenvolvimento turístico intensivo).
- Elaborar um estudo científico para se apurar as causas da existência de apenas 2000ha de terrenos irrigados apesar dos vários investimentos realizados na área desde 1975.

O anexo 5 apresenta a matriz de monitorização.

7 SISTEMA DE SEGUIMENTO E MONITORIZAÇÃO DO PROCESSO

7.1 Pertinência da avaliação ex-ante sobre o género e a pobreza

No contexto de uma avaliação ambiental, operacionalizar o construto *monitorização* assume importância primordial para se evitar possíveis ambiguidades. Assim, a monitorização é definida aqui como uma actividade sistemática, contínua ou repetitiva, desenvolvida para implementar medidas correctivas sempre que se façam necessárias.

A monitorização ex-ante revela-se importante para a implementação de qualquer programa de desenvolvimento impondo-se com maior acuidade, quando se trata de questões tão sensíveis, complexas e actuais, como sejam, género, pobreza e ambiente, que congregam em si e entre si aspectos de carácter multisectorial e transversal que só são dissociados para facilidade de análise e entendimento imediato.

A compreensão das dimensões género, pobreza e ambiente nem sempre é pacífica; as causas e consequências da desigualdade nas relações de género, da pobreza e da degradação do ambiente apresentam-se profundamente intrincadas.

Porque a exploração dos recursos naturais condiciona toda a **vida humana**, essa deve ser optimizada. Essa optimização passa pelo conhecimento do estado dos recursos em constante mutação, pela definição da sua utilização de acordo com cada situação particular, como forma de se conseguir uma gestão sustentável dos recursos disponíveis. Esta gestão deve basear-se numa planificação e actualização constantes. Para tal, é necessário o desenvolvimento da capacidade local para analisar e tomar decisões baseando-se em normas e critérios científicos previamente definidos.

É nessa perspectiva que se enquadram os objectivos do PANA II e as respectivas acções. Este está a ser elaborado e será implementado num ambiente de ampla participação e concertação, com implicações a curto, médio e longo prazos no domínio ambiental.

Propõe-se, assim, um sistema de monitorização que irá permitir uma avaliação contínua da execução das actividades propostas por forma a permitir a introdução de medidas correctivas em tempo útil.

7.2 Proposta de esquema de monitorização

1. Elaboração da avaliação ex-ante dos diferentes domínios prioritários do PANA, utilizando o guião de avaliação constante do documento;
2. Acompanhamento diário das acções realizadas no domínio dos vários programas e sub-programas;
3. Preenchimento de matrizes de monitorização mensais, semestrais e anuais;
4. Elaboração de relatórios trimestrais que façam um balanço quantitativo e qualitativo da evolução da equidade nas relações de género e do combate à pobreza;

5. Monitorização financeira com a extrapolação por sexo.

Para que o processo se inicie de uma forma sistematizada propõe-se a avaliação ex-ante de cada domínio por forma a introduzir os aspectos do género e pobreza em termos de equidade. O quadro 4 apresenta um guião tentativa.

Quadro 4: Guião de avaliação ex-ante género/pobreza

1. HORIZONTE: 10 anos
2. NÍVEL: (Nacional, Regional, Local)
3. CONTEXTO:
4. OBJECTIVOS:
5. METAS E ACÇÕES (domínio/PANA):
6. GRUPO-ALVO:
7. INDICADORES DE RESULTADOS:
8. ENGAJAMENTO/PARTICIPAÇÃO:
9. MULHERES BENEFICIÁRIAS DAS ACÇÕES (%):
10. DIMINUIÇÃO DO NÍVEL DA POBREZA (%) (Inquérito):
 - estado nutricional
 - renda familiar
 - nível de instrução
 - acesso ao emprego
11. FACTORES CRÍTICOS (DIFICULDADES):
12. MEDIDAS CORRECTIVAS:
13. RECOMENDAÇÕES:
14. PERIODICIDADE DA MONITORIZAÇÃO: no início do processo

As matrizes de seguimento mensal (Quadro 5) das acções devem ser elaboradas por forma a recolher informações sobre a percentagem de mulheres e homens envolvidos, o número de postos de trabalho remunerado criados por sexo e o aumento da renda proporcionado por cada acção também com divisão por sexo. Em termos qualitativos deverá haver uma rubrica que tratará os ganhos em termos sociais incluindo a equidade. Deve-se ter em atenção que para que a mulher atinja o nível do homem em Cabo Verde terá que haver inicialmente uma discriminação positiva.

Quadro 5: Matriz de acompanhamento mensal das acções (Género e Pobreza)

Acção/ actividade	Nº de empregos criados		Nº de Famílias envolvidas cujo chefe é homem ou mulher		Divisão salarial (montante diário)		Rendimento diário	
	M	H	M	H	M	H	M	H

Obs.: M – Mulher; H - Homem

Afim de permitir a introdução de medidas correctivas em tempo útil propõe-se uma monitorização contínua, utilizando o guião de monitorização (Quadro 6).

Quadro 6: Guião de monitorização sistémica

<ol style="list-style-type: none"> 1. DOMÍNIO: 2. HORIZONTE: 10 anos 3. NÍVEL: (Nacional, Regional, Local) 4. CONTEXTO: 5. OBJECTIVOS: 6. METAS E ACÇÕES (domínio/PANA): 7. GRUPO-ALVO: 8. INDICADORES DE RESULTADOS: 9. ENGAJAMENTO/PARTICIPAÇÃO: 10. MULHERES BENEFICIÁRIAS DAS ACÇÕES (%): 11. DIMINUIÇÃO DO NÍVEL DA POBREZA (%) (Inquérito): estado nutricional renda familiar nível de instrução acesso ao emprego 12. FACTORES CRÍTICOS (DIFICULDADES): 13. MEDIDAS CORRECTIVAS: 14. RECOMENDAÇÕES: 15. PERIODICIDADE DA MONITORIZAÇÃO: SISTÉMICA <p>Obs.: Construção, em cada município, de amostras representativas que deverão funcionar como testemunho durante 10 anos.</p>
--

Propomos ainda a elaboração de uma avaliação final de cada processo utilizando o guião para monitorização Ex-post (Quadro 7).

Quadro 7: Guião de monitorização ex-post género/pobreza

<ol style="list-style-type: none">1. DOMÍNIO:2. NÍVEL:3. CONTEXTO:4. OBJECTIVOS:5. SITUAÇÃO ACTUAL: (em termos de metas atingidas)6. MULHERES E HOMENS ENVOLVIDOS (%):7. MULHERES BENEFICIADAS (%):8. HOMENS BENEFICIADOS (%):9. ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO (Taxa de realização):10. ENGAJAMENTO/PARTICIPAÇÃO DOS ACTORES:11. CONTRIBUIÇÃO DO PROCESSO NA DIMINUIÇÃO DA POBREZA DO(S) GRUPO(S)-ALVO (% para as mulheres e % para os homens):12. CONTRIBUIÇÃO DO PROCESSO NA EQUIDADE (Qualitativa em termos de relações do género):13. PERIODICIDADE DA MONITORIZAÇÃO (no fim do processo): <p>Obs: Deve-se considerar, em cada município, as amostras definidas como testemunho para a avaliação final do processo.</p>

8 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

8.1 Conclusões

Constata-se uma inter-relação entre a pobreza e o ambiente, aparecendo ambos simultaneamente como causa e efeito. O desequilíbrio do meio ambiente, consequência da forte pressão sobre a base de recursos (escassos), aparece também como causa da pobreza, ao fragilizar ainda mais essa base e fazer perigar a sustentabilidade da sua exploração a longo prazo.

A pobreza continua a ser um dos principais entraves ao desenvolvimento do país. Conjugada com a densidade populacional elevada aumenta a pressão humana sobre os recursos naturais com reflexos na degradação ambiental.

A fragilidade do ambiente é, por conseguinte, uma das principais determinantes da pobreza, sendo esta, por sua vez, uma causa da degradação dos recursos naturais.

Os rendimentos das famílias cabo-verdianas são reduzidos, particularmente nos períodos de seca, o que torna a interdependência entre o ambiente e a pobreza ainda maior.

Numa perspectiva de luta pela sobrevivência, as populações, sobretudo as rurais, e mais particularmente as mulheres procuram na natureza os recursos de que necessitam para a sua segurança alimentar, pondo em perigo o equilíbrio dos ecossistemas e a perenidade das espécies.

Neste sentido, a protecção ambiental, através de medidas eficazes que possibilitem uma exploração durável dos recursos naturais, deve ser considerada tarefa prioritária.

As quatro áreas definidas como prioritárias no PANA II Estratégico, em função dos diagnósticos da situação ambiental já efectuados, (a saber: aumento da disponibilidade de água, saneamento básico, gestão sustentável da biodiversidade e ordenamento do território) pelas intervenções que se prevê executar, vão de encontro às reais necessidades das populações carentes por um lado e, por outro, às necessidades de preservação do ambiente.

Infelizmente, a simultaneidade na elaboração deste estudo com a feitura dos Planos Ambientais Intersectoriais (PAIS) e os Planos Ambientais Municipais (PAM) impossibilitou a análise de outras possíveis áreas prioritárias consignadas nesses planos.

Contudo, o método de análise utilizado, os resultados de análise como apresentados no Capítulo 6, incluindo as matrizes de monitorização e os guiões indicados no Capítulo 7 podem servir como base para análises adicionais.

8.2 Recomendações

Considerando as conclusões acima referidas apresentam-se as seguintes recomendações:

Geral

Torna-se necessário ter em conta, determinados aspectos que possam bloquear ou condicionar a implementação dos programas, projectos, medidas e acções previstas.

As quatro áreas prioritizadas no âmbito do PANA II Estratégico e que são objecto de análise do presente estudo, reclamam intervenções de natureza transversal e intersectorial, para garantir que não seja excluído nenhum aspecto que mereça tratamento e, que as funções, responsabilidades e tarefas de todos os actores sejam definidas de forma clara e precisa. O engajamento e a participação terá que começar a esse nível.

Garantir que o PANA II assegure não apenas o aumento da quantidade, qualidade e acesso à água, a preservação do ambiente e ordenamento do território, mas sobretudo propicie benefícios sociais no que concerne à melhoria significativa na continuação da redução da pobreza.

Elaborar um estudo sobre a feminização da pobreza, a partir de dados dos censos demográficos e amostras domiciliares, tomando os domicílios como unidades de análise, as pesquisas domiciliares como instrumentos e utilizando como indicadores as seguintes questões:

- A renda familiar ou domiciliar por adulto ou *per capita*;
- A alocação de recursos dentro dos domicílios, que envolve acesso à terra, recursos naturais, capital, educação e formação;
- As características demográficas dos chefes de família ou dos domicílios;
- Transmissão da pobreza, de geração em geração, dentro do domicílio que pode ser medida através das condições de saúde, nutrição, mortalidade infantil, educação dos filhos e trabalho infantil.

Criar um **Fundo Ambiental para as questões de género**, por forma a proporcionar às mulheres o acesso ao crédito, à formação na área de gestão e à Informação, Educação e Comunicação como alternativa à extracção de inertes, apanha de lenha, sobrepastoreio, pastoreio livre, etc.

Discriminação positiva

Dado que, as relações de género em Cabo Verde privilegiam o homem em detrimento das mulheres, deverá haver uma discriminação positiva a favor das mulheres, ou melhor, deverá haver uma percentagem maior de mulheres em tudo o que seja acesso à informação, sensibilização, formação, crédito e outros.

Igualmente, essa discriminação positiva deverá ser utilizada quando se trata da gestão, manutenção e construção de infra-estruturas locais, e na atribuição dos postos de trabalho; são as mulheres, salvo as devidas excepções, quem mais depende do ambiente para a sua subsistência e dos seus filhos, e por via disso, quem mais irá sofrer as consequências das medidas restritivas que beneficiem o ambiente.

No âmbito da concepção e elaboração das intervenções

Garantir a abordagem participativa na concepção, execução, seguimento e avaliação das acções, programas e projectos a desenvolver, e que sejam disponibilizados os recursos financeiros adequados, sem os quais a viabilização das medidas e acções propostas fica comprometida.

Garantir a participação de pessoal com formação em matéria de género, na formulação, análise, implementação e avaliação dos diferentes programas, projectos e acções a serem realizados, com a finalidade de garantir que a perspectiva género seja levada em consideração.

Garantir que os representantes designados pelas comunidades sejam representativos dos diversos grupos, incluindo as mulheres.

Garantir que as tecnologias propostas sejam sensíveis ao género.

No âmbito de água potável

Corrigir a situação actual no que concerne ao acesso à água potável e ao saneamento básico; o acesso à água potável e ao saneamento, constitui um dos problemas mais críticos em Cabo Verde, mas que atinge de forma particular as populações mais pobres do meio rural e das cinturas urbanas, com destaque para as mulheres; daí a necessidade de aumentar as taxas de cobertura de água e saneamento às populações, principalmente as mais carenciadas.

Garantir que os aspectos relacionados com a qualidade da água e saúde sejam tidos em conta em todo o processo de planeamento e execução dos programas e projectos.

Explicar o conceito de água como recurso económico e demonstrar que os custos que deverão ser associados à sua exploração e manutenção são necessários para garantir a sustentabilidade e a poupança do mesmo.

Garantir a separação do abastecimento de água aos agregados populacionais e ao efectivo pecuário, a fim de evitar as doenças.

Fazer o levantamento da situação global do país em termos de infra-estruturas de abastecimento e distribuição de água, qualidade da água e taxa de cobertura, principalmente nos centros secundários e no meio rural, onde a pobreza mais se manifesta.

Dar prioridade às intervenções que melhorem o abastecimento de água às populações principalmente as mais carenciadas.

Proceder à revisão e manutenção das redes de água nos centros urbanos para evitar as perdas que constantemente se verificam.

Estudar formas alternativas de abastecimento de água no meio rural.

Melhorar as condições de armazenamento, distribuição e controlo de qualidade da água.

No âmbito de água e saneamento básico

Efectuar estudos científicos sobre as normas, atitudes e comportamentos face aos recursos hídricos e ao saneamento básico, para se detectar à partida quais os graus de resistência ou de acessibilidade aos programas, projectos, medidas e acções a implementar, por forma a se poder introduzir, em tempo útil, os necessários ajustamentos, ou esclarecimentos/informações às populações, nomeadamente a feminina, que é quem mais lida com a problemática da água e do saneamento.

Prever sessões de informação, sensibilização e formação no sentido de divulgar informação essencial na área dos recursos hídricos e da saúde pública.

Garantir o planeamento e gestão adequados do sistema de esgotos.

Garantir que os riscos prováveis para a saúde humana e animal sejam avaliados com rigor e prevenidos.

No âmbito de recursos naturais e biodiversidade

Divulgar informações sobre os recursos disponíveis em Cabo Verde (que recursos temos, onde, seu potencial, actividades e importância) para um conhecimento mais profundo por parte da população, como uma primeira etapa de sensibilização.

A protecção, a gestão e a valorização do património natural, mediante uma cooperação entre os sectores ligados a biodiversidade terrestre e marinha, é importante para uma melhor integração do espaço ambiental e aproveitamento dos recursos disponíveis.

Promover o cumprimento das normas sobre a conservação da biodiversidade marinha e terrestre que está a ser ameaçada, pondo em perigo a sustentabilidade da mesma e a sobrevivência das gerações futuras.

Prever estudos de impacto ambiental para as actividades a serem desenvolvidas em todos os sectores, nomeadamente na indústria.

No âmbito de ordenamento território

Estabelecer e implementar um plano de ordenamento do território (nacional, regional, municipal) que possibilite um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e um desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável de todos os pontos do país, numa dinâmica da actividade económica que respeite o ambiente.

O plano de ordenamento do território deve privilegiar a integração social como forma de evitar a exclusão social e o êxodo rural.

Melhorar a rede viária a fim de facilitar a comunicação e o desencravamento das zonas onde residem os mais pobres.

Adequar os equipamentos e infra-estruturas (tipo, dimensão) às necessidades dos utilizadores, nomeadamente, as mulheres.

Inserir profissionalmente as mulheres, sobretudo as jovens e criar empregos alternativos àquelas actividades por elas praticadas com impacto negativo no ambiente.

Promover a mulher nas profissões em que está infra representada.

Garantir que as perspectivas das relações de género estejam presentes em todas as acções levadas a cabo seja pelas entidades públicas, seja pelas entidades privadas.

Deverá haver uma ampla concertação do PANA com outros programas e projectos já em curso, nomeadamente, o PNLP, na procura de sinergias e soluções.

No âmbito de formação

Reforçar o papel e as competências das autoridades centrais, locais e regionais.

Incluir acções de formação com o intuito de garantir uma utilização e manutenção de tecnologias adequadas.

Garantir a formação aos mais diversos níveis e consoante as necessidades, não só do pessoal afecto à planificação e gestão das actividades e projectos, como também dos beneficiários dos mesmos.

Garantir, na medida do possível, uma representação equilibrada dos diferentes grupos e sexos nas acções de formação.

9 BIBLIOGRAFIA

Ferreira, M.V. (2002).

Pobreza e Distribuição de Renda no Brasil Recente. Brasil.

GITA: Ambiente e Ordenamento do Território (2003).

Plano Ambiental Intersectorial sobre o tema: Ambiente e Ordenamento do Território, Habitação, Construção Civil, Infra-estruturas e Marinha e Portos

GITA: Ambiente e Recursos Hídricos (2003).

Plano Ambiental intersectorial sobre o tema: Ambiente Gestão Integrada e Sustentável dos Recursos Hídricos.

Instituto da Condição Feminina (s/d).

Género, Mulher e Política. ICF, Praia.

Instituto da Condição Feminina (s/d).

Plano de Acção Nacional 1996-2000. ICF, Praia.

Instituto da Condição Feminina (s/d).

Guia dos Direitos da Mulher cabo-verdiana. ICF, Praia.

Instituto da Condição Feminina (s/d).

Programa Nacional Multi-sectorial baseado na Abordagem Género - Draft 0. ICF, Praia.

Instituto da Condição Feminina (1995).

Plano de Acção Nacional para a Mulher. ICF, Praia.

Instituto da Condição Feminina (2000).

Vencendo Barreiras. ICF, Praia.

Instituto da Condição Feminina (2002).

Género, Mulher e Segurança Alimentar. ICF, Praia.

Instituto Nacional de Estatística (1994).

Cabo Verde, Contas Nacionais. INE. Praia.

Instituto Nacional de Estatística (2002).

Censo 2000. INE. Praia.

Instituto Nacional de Estatística (2000).

Cabo Verde, Contas Nacionais. INE. Praia

Governo de Cabo Verde (1998).

Programa de Cooperação 2000-2004: Análise de Situação: Criança e Mulher em Cabo Verde. Praia.

Ministério de Agricultura, Alimentação e Ambiente (1999).

Comunicação Nacional Mudanças Climáticas. Secretariado Executivo para o Ambiente -MA, Praia.

Ministério de Agricultura e Pescas (2002).

Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA Estratégico). Direcção Geral do Ambiente, Praia.

- Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas (2003).
Segundo Relatório Nacional sobre o Estado da Biodiversidade. Direcção Geral do Ambiente, Praia.
- Ministério das Finanças e Planeamento (2002).
Documento de Estratégia de Redução de Pobreza: IPRSP. Praia
- Ministério das Finanças e Planeamento (2002).
Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005. Direcção Geral do Planeamento, Praia; II Vol.
- Novelino, M.S. (2003).
Os estudos sobre feminização da Pobreza: origens e tendências actuais. Brasil.
- Pinto, E.C., Neves, D. A., Duarte, C.R. (2000).
SAHEL 21: Elaboração do PIP - Cabo Verde (Ponto da Situação). Ministério de Agricultura, Alimentação e Ambiente. Praia.
- Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (...).
Documento Quadro. PNL P, Praia.
- Plataforma das ONG`s de Cabo Verde (2003).
Principais ONG`s e ou Associações cabo-verdianas: sua localização. Praia.
- Semedo, J.M., Gomes, S.F. et al. (2003).
Impactes de apanha e Extracção de Inertes em Cabo Verde. Ministério da Ambiente, Agricultura e Pesca – Gabinete de Estudos e Planeamento, Praia.
- Ramos, N.R., Varela, M.S. (2001).
Recenseamento Geral da População.
- RGPH (2000)
A Mulher cabo-verdiana. Instituto Nacional de Estatística, Praia.

ANEXO 1: LISTA DAS PESSOAS E INSTITUIÇÕES CONTACTADAS DURANTE A ELABORAÇÃO DO ESTUDO

NOME	INSTITUIÇÃO
Eng.º João Pereira Silva	AGECABO (ex-Ministro da Agricultura e Pescas)
Eng ^a Arlinda Ramos Duarte Lopes Neves	ANMCV / Núcleo de Ambiente
Eng.º Yaya Konaté	ANMCV/ Núcleo de Ambiente
Dr. ^a Maria Miguel Estrela	Câmara Municipal de S. Vicente
Dr. Américo Silva	Câmara Municipal do Paúl
Dr. ^a Celeste Benchimol	Direcção Geral do Ambiente
Eng ^a Margarida Varela	EC PANAI
Eng ^a Alcídia Lopes	EMA-S. Vicente
Eng ^a Gabriela Lopes	EMA-S. Vicente
D. Maria do Rosário	EMA-S. Vicente
Dr. ^a Carmen Cruz	INE
Eng ^a Lourdes Lima	INGRH
D. Madalena Tavares	Instituto da Condição Feminina
Eng.º Celso Fernandes	Min. Infra-estruturas e Transportes
D. Celina Ferreira	MORABI
D. Lúcia Passos	MORABI
Sr Mário Moniz	Plataforma ONG's
Dr. Raúl Fernandes	PNLP
Eng.º Francisco Neves	TECNICIL (ex-Ministro das Infra-estruturas e Habitação)
Eng.º António Espírito Santo	UNICEF

ANEXO 2: MATRIZ DE MONITORIZAÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE AUMENTO DA DISPONIBILIDADE DE ÁGUA

	% conseguiu até a data	Aumento da disponibilidade de água conseguiu da (t)	Novas áreas irrigadas (ha)	Aumento da população abastecida (%)	Aumento da qualidade da água (positivo / negativo)	% do aumento da produção das culturas	Taxa de morbidade em crianças com menos de 1 ano		Taxa de mortalidade em crianças com menos de 1 ano		Nº de empregos criados		Redução da taxa de abandono e repetência das crianças pobres (%)		Acesso das crianças pobres ao ensino (melhorou - %) (piorou - %)		% aumento das micro-realizações locais		Estado nutricional das crianças		Taxa de ligações domiciliares (%)	
							M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Construção de infra-estruturas de retenção e de captação de água das chuvas e águas de condensação das nuvens em 25% das potencialidades até 2010 e 50% até 20020																						
Sensibilização das comunidades visando abranger 50% e 75% das pop. rrais em 2007 e 2012 respectivamente																						
Construção de infra-estruturas de dessalinização nos centros urbanos visando o aumento da produção em 100% até 2007																						
Sistema de avaliação e monitorização da qualidade e quantidade de água potável																						
Melhoria da planificação e gestão																						
Inventário de recursos hídricos até 2005																						
Adopção de planos Nacional e Municipais de gestão dos RH até 2007																						
Ordenamento integrado dos RH																						

N: RH-Recursos hídricos

ANEXO 3: MATRIZ DE MONITORIZAÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO

	% da população servida (a partir de 2004)	% da população com reciclagem (a partir de 2004)	% de resíduos tratados ou reciclados (a partir de 2004)	% da população servida com rede de esgotos (a partir de 2004)	% da população servida com fossas sépticas (a partir de 2004)	Nº de aterros sanitários construídos	Nº de ETAR construído a partir de 2004	Taxa de morbilidade		Taxa de mortalidade		Nº de empregos criados		Redução da taxa de abandono e repetência das crianças pobres (%)		Oportunidade de acesso das crianças pobres ao ensino (melhorou %) (piorou %)		% aumento das micro-realizações locais		Estado nutricional das crianças		Contribuição dos projectos de saneamento na minimização da pobreza (%)	
								M	F	M	F	M	F	M	M	F	M	F	M	F	M		F
Elaboração de um plano nacional de gestão dos resíduos sólidos urbanos e dos efluentes líquidos urbanos até 2005																							
Educação Informação e Sensibilização no domínio da gestão dos resíduos e efluentes, visando uma cobertura de 50% em 2007 e 100% em 2010.																							
Construção de infra-estruturas de dessalinização nos centros urbanos visando o aumento da produção em 100% até 2007																							
Alargamento e modernização das estruturas de saneamento tratamento e reciclagem de águas residuais até 50% em 2007 e 100% em 2007																							

ANEXO 4: MATRIZ DE MONITORIZAÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

	% de novas áreas protegidas	Nº de parques naturais criados	Nº de projectos alternativos a exploração de recursos naturais		Nº de beneficiários contemplados com os projectos alternativos		% do aumento da produção das culturas	Nº de leis sobre a protecção da natureza regulamentos e implementados		Implementação da lei sobre a extracção de inertes		Fiscalização das praias (Nº de agentes)		Fiscalização das áreas protegidas (Nº de agentes)		Acesso das crianças pobres ao ensino (melhorou %) (piorou %)		Aumento das áreas verdes %		Estado nutricional das crianças		Fiscalização da ZEE		Nº postos de trabalho criados		Contribuição da biodiversidade no combate à pobreza		
			M	F	M	F		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
CSA visando uma abrangência de 60% dos solos em 2012																												
Conservação da flora e da fauna e respectivos habitats, visando a protecção de 100% das espécies actualmente ameaçadas ou em vias de extinção até 2010																												
Definição de uma estratégia política de IEC no domínio visando a cobertura de 50% das populações em 2010 e 100% em 2015																												
Definição de uma estratégia de promoção de actividades extractivas sustentáveis																												
Criação de mecanismos de concertação para promover actividades económicas sustentáveis em relação a utilização de matérias inertes e recursos naturais fundamentais																												
Promoção de técnicas de produção e protecção integradas até 2007																												

ANEXO 5: MATRIZ DE MONITORIZAÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

	% de novas áreas protegidas	Nº de parques naturais criados	Realização do estudo sobre as causas que impedem o aumento da área irrigada	Nº de leis regulamentadas e implementadas sobre o orden. do território (a partir de 2004)	Implementação da lei sobre a extracção de inertes	% aumento das áreas verdes	% de comunidades envolvidas no processo	% da população envolvida no processo			N.º de postos de trabalho criados			Fiscalização das praias (Nº de agentes)		Fiscalização das áreas protegidas (Nº de agentes)		Contribuições do ordenamento do território na equidade dos géneros		Contribuições do ordenamento do território no combate à pobreza			
								H	M	J	H	M	J	H	M	H	M	H	M	H	M	J	
Definição e implementação de uma política nacional para o ordenamento do território ambientalmente integrado até 2005																							
Elaboração de Planos de localização e inventariação dos recursos, respectivas vocações e actividades potenciais por bacias hidrográficas até 2007																							
Concepção de planos de ambiente e ordenamento do território a nível nacional regional e municipal com planos urbanísticos até 2010																							
Elaboração de Planos de ordenamento da orla costeira até 2010																							
Elaboração de planos de gestão de áreas protegidas bem como dos recursos agrícolas, hídricos e pesqueiros, de extracção de águas, sal e inertes até 2007																							